

Jayme Veríssimo de Campos, 74 anos, natural do estado de Mato Grosso, possui longa trajetória política e em mais de 40 anos de vida pública sempre foi vitorioso nas eleições que disputou. Começou sua carreira política em 1980, filiando-se ao antigo Partido Democrático Social (PDS), que cinco anos depois passou a ser o Partido da Frente Liberal (PFL), reestruturado para o Democratas e agora o União Brasil.

Entre 1983 e 1988 foi prefeito de sua cidade natal, Várzea Grande. Após o primeiro mandato como chefe do executivo municipal, foi eleito governador para o período entre 1991 e 1995. Voltou à prefeitura de Várzea Grande por mais dois mandatos, entre 1997 e 2004. Em 2006, foi eleito senador com 61% dos votos, chegando ao Senado pela primeira vez em 2007, onde permaneceu até 2015. Em 2016, foi secretário de Assuntos Estratégicos do Muni-

cípio de Várzea Grande. Em 2018, foi novamente eleito ao cargo de senador para o período entre 2019 e 2027 com mais de 490 mil votos.

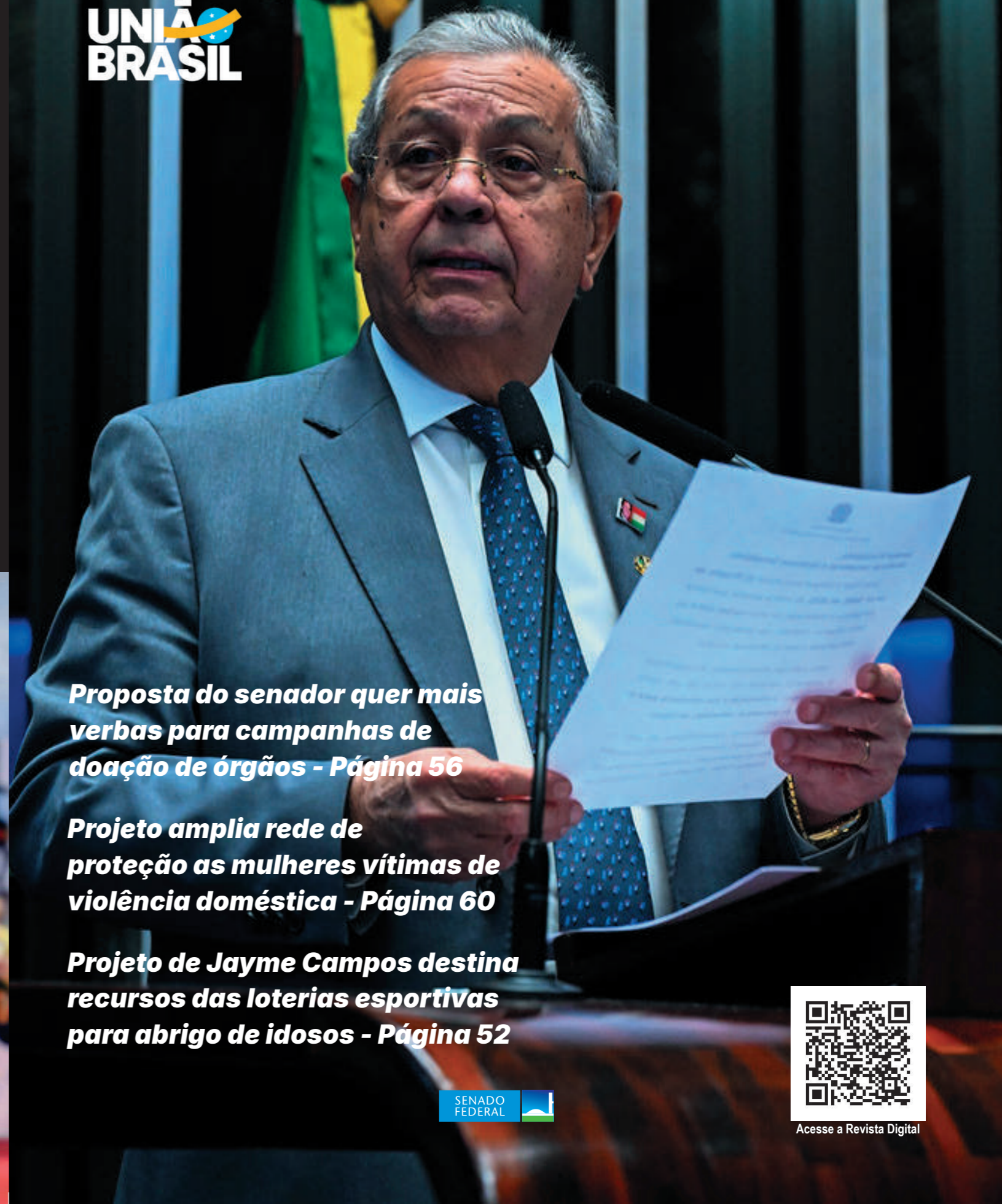
É casado há 49 anos com Lucimar Sacre de Campos, ex-prefeita de Várzea Grande. Pai de Jaiminho (*in memoriam*), Michele, Giselle e Dudu. É avô de Karla Renata, Maria Antônia, Marco e Guilherme. É irmão do deputado estadual Júlio Campos.

No atual mandato, exerceu a presidência da Comissão de Ética do Senado e é membro titular das Comissões de Infraestrutura, Assuntos Sociais, Agricultura e Meio Ambiente. Jayme Campos também já foi vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Senador municipalista, ele já destinou mais de R\$ 1 bi para do estado de Mato Grosso, por meio de emendas ao Orçamento da União, atendendo todas as 142 cidades mato-grossenses.

JAYME CAMPOS

Revista de Prestação de Contas do Mandato Parlamentar - 2025

UNIÃO
BRASIL



Proposta do senador quer mais verbas para campanhas de doação de órgãos - Página 56

Projeto amplia rede de proteção as mulheres vítimas de violência doméstica - Página 60

Projeto de Jayme Campos destina recursos das loterias esportivas para abrigo de idosos - Página 52



Acesse o Site do Senador Jayme Campos



Acesse o Instagram do Senador Jayme Campos



Acesse a Revista Digital

EXPEDIENTE

Chefe de Gabinete – **Elisabeth Alves dos Santos**
Subchefe de Gabinete – **Ricardo Albuquerque**

Jornalista Responsável – **Gilson Araújo (7387/DF)**
Produção, Edição, Texto e Arte – **Gilson Araújo**

Edição e Revisão – **Arthur Paganini (8828/DF)**
Texto – **Edilson Almeida**

Redes Sociais – **Arthur Paganini, Felipe Fabre, Giovanna Sarkis, Presley Duarte**
Fotografia – **Sidney Lins, Trilux Fotografias, Agência Senado,**
Governo de MT, Divulgação e Imagens de Internet

Apoio – **Servidores do Gabinete do Senador Jayme Campos**
em Brasília e Mato Grosso, Liderança do União Brasil no Senado Federal

Finalização e Impressão – **Gráfica do Senado (SEGRAF)**
Tiragem – **3 mil exemplares**

ENDEREÇO – BRASÍLIA, DF

Senado Federal – Anexo II
Ala Senador Afonso Arinos
Gabinete 09
Brasília, DF
CEP 70165-900

ENDEREÇO – VÁRZEA GRANDE, MT

Av. Castelo Branco, 325 – Sala 81
Centro Sul
Várzea Grande, MT
CEP 78110-901

REDES SOCIAIS

[instagram.com/jaymecamposmt/](https://www.instagram.com/jaymecamposmt/)
[facebook.com/Jayme.campos/](https://www.facebook.com/Jayme.campos/)
[x.com/jaymesenador/](https://www.x.com/jaymesenador/)
sen.jaymecampos@senado.leg.br
agenda.jaymecampos@senado.leg.br
[www. https://jaymecamposmt.com.br/](https://www.jaymecamposmt.com.br/)

Apresentação

Ninguém ficou e ninguém ficará para trás

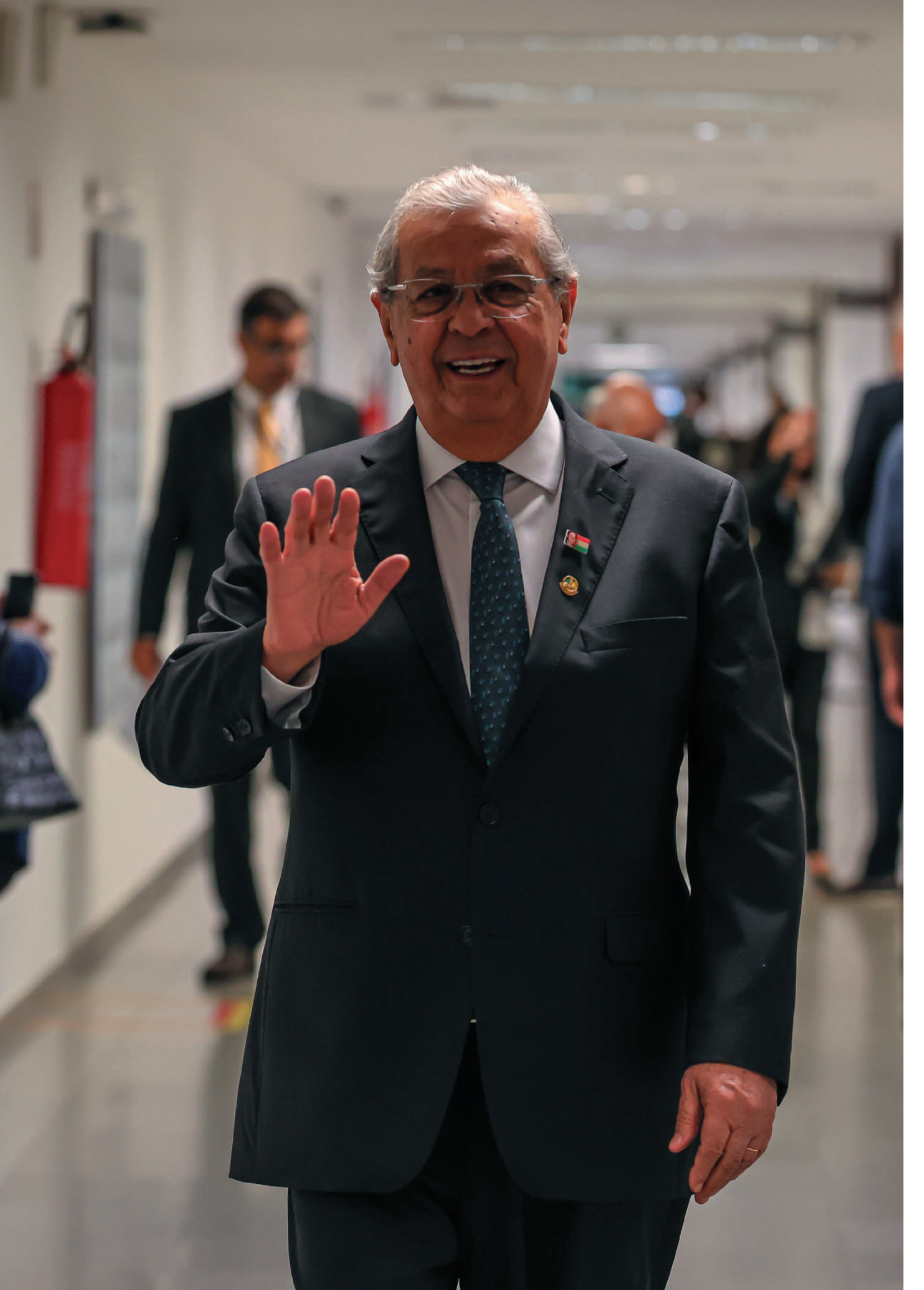
Em mais de quatro décadas dedicadas a Mato Grosso, aprendi que a política só tem valor quando se traduz em resultados concretos para as pessoas e, sobretudo, quando honra compromissos com cada município que compõe o nosso Estado. Muitos dizem que sou um dos parlamentares que mais apoia os municípios mato-grossenses - e eu recebo essas manifestações com humildade. A verdade é que sempre acreditei que a força do Brasil nasce nas cidades, nas comunidades que constroem diariamente a riqueza humana, econômica e cultural do nosso país. Por isso, nenhum gestor, nenhuma liderança e nenhuma comunidade bateu à porta do meu gabinete sem ser atendida. Ninguém ficou para trás. Essa é a minha obrigação, meu dever e algo que carrego com muito orgulho.

Me dedico profundamente a garantir obras estruturantes, programas sociais, melhorias para saúde, educação, segurança e infraestrutura: em todas essas áreas, tenho me esforçado e, com sucesso, garantido investimentos que mudam a vida das pessoas. Sempre quero ter meu nome vinculado ao fortalecimento do municipalismo. Ao mesmo tempo, tenho também buscado contribuir para a modernização das leis, apresentando projetos que acompanham as transformações sociais e econômicas do nosso tempo. Faço isso dialogando com todos e respeitando as demandas reais de Mato Grosso, que sempre foram o norte do meu trabalho.

Sempre mantive - e continuarei mantendo - independência política, sem abrir mão do diálogo respeitoso. A boa política se faz assim: com firmeza de princípios, capacidade de articulação e disposição para construir consensos que sirvam ao interesse público. Por isso, me considero pronto, preparado e com muito mais vontade de continuar na toada de fazer Mato Grosso um Estado gigante para a economia nacional, mas, sobretudo, próspero para a nossa gente. Nisso, eu garanto: comigo, ninguém ficará para trás.



Jayme Campos
Senador da República



R\$ 1,2 bilhão entregue a Mato Grosso em sete anos de mandato

Senador Jayme Campos continua sendo líder na destinação de recursos da União para o estado. Todas as 142 cidades mato-grossenses receberam emendas do parlamentar

Em sete anos de mandato, o senador Jayme Campos se destacou como um parlamentar muito atuante junto a prefeitos, vereadores e lideranças municipais, buscando intermediar com o governo federal as demandas municipalistas de Mato Grosso. Prova disso é o pagamento de quase R\$ 1,2 bilhão do Orçamento da União a Mato Grosso no mandato no Senado Federal que teve início em 2019.

De Brasília, Jayme Campos foi o grande responsável pelo empenho desses recursos dirigidos na sua totalidade para o estado de Mato Grosso e para suas 142 cidades, beneficiando diretamente a população em diversas áreas.

“Minha tarefa é legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, mas é fundamental ouvir as demandas da população e trabalhar com seus representantes em prol do desenvolvimento social e econômico do nosso estado, por isso em todos os 142 municípios de Mato Grosso tem emenda de Jayme”, afirma.

O senador tem trabalhado para que todas as áreas ganhem reforço nos recursos. Entre emendas individuais, de bancada e especiais, Jayme garantiu recursos principalmente para a saúde, seja de alta ou média complexidade. Além de diversas áreas, como infraestrutura, agricultura, aquisição de veículos e maquinários, pavimentação urbana, calçamento e construção de praças e escolas.

Já por meio da articulação direta junto ao governo federal, Jayme também viabilizou milhões de reais para a construção de pontes, obras de asfaltamento em rodovias federais e estaduais. Também enviou recursos para a reforma e construção de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) em todo estado.

Em 2026, já estão previstos mais de R\$ 100 milhões no Orçamento Geral da União para que ele continue trabalhando pelo estado e por sua gente.

Em 2025, atuação de Jayme Campos alcança R\$ 250 milhões em emendas para cidades de MT

Senador afirma que o papel do parlamentar não é apenas aprovar leis. É entender as necessidades dos municípios e fazer com que os recursos públicos cheguem aos locais que realmente precisam

A liberação de recursos das emendas apresentadas ao Orçamento Geral da União pelo senador Jayme Campos alcançou R\$ 250 milhões em 2025, beneficiando todos os municípios do Estado de Mato Grosso.

Os recursos contemplam infraestrutura, saúde, educação, desenvolvimento social e agricultura, áreas essenciais para o fortalecimento da gestão pública local. Mais do que cifras, as emendas refletem uma visão municipalista de governo, que aposta na descentralização de investi-

mentos como caminho para o desenvolvimento equilibrado de Mato Grosso.

“O papel do senador não é apenas aprovar leis em Brasília. É entender as necessidades dos municípios e fazer com que os recursos públicos cheguem onde realmente fazem diferença na vida das pessoas. Como ex-prefeito por três mandatos e ex-governador de Mato Grosso, sei o quanto é importante fortalecer as prefeituras. É nelas que os cidadãos buscam soluções concretas e imediatas”, destacou Jayme Campos.



Para 2026 já estão programados no Orçamento da União mais de R\$ 150 milhões para Mato Grosso

Jayme Campos está priorizando as áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança pública. Para ele, as emendas parlamentares são cruciais para a vida das pessoas

Em 2026, estão previstos mais R\$ 150 milhões em emendas ao Orçamento Geral da União. Serão R\$ 74 milhões em emendas individuais e R\$ 34 milhões em emendas de bancada, além de emendas especiais. A exemplo dos anos anteriores, Jayme Campos destacou que suas emendas, em 2026, vão privilegiar áreas estratégicas como saúde, educação e infraestrutura. “Na contramão dos que pensam diferente, acredito que as emendas parlamentares são cruciais para a vida das pessoas. Elas permitem que nós,

representantes do povo, coloquemos diretamente a verba pública em áreas estratégicas, observando as necessidades e garantindo que os recursos cheguem aos exatamente nos projetos que ajudam melhorar a vida do cidadão”, destacou.

Note-se que as emendas individuais são impositivas desde a promulgação da Emenda Constitucional 86/2015, limitadas a 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL). Já as emendas de bancada são impositivas desde a promulgação da Emenda Constitucional 100/2019, limitadas a 1%.



70 maquinários para fortalecer agricultura familiar e infraestrutura dos municípios

Iniciativa do senador Jayme Campos foi amplamente comemorada pelos prefeitos e reforçou seu perfil em defesa da luta municipalista e a valorização do pequeno e médio produtor

Em 2025, o senador Jayme Campos trabalhou intensamente para fortalecer os municípios de Mato Grosso com entrega de grande quantidade de máquinas e equipamentos destinados a infraestrutura urbana e rural. As cidades receberam tratores, retroescavadeiras, motoniveladoras, pás-carregadeiras e escavadeiras hidráulicas, totalizando 70 equipamentos, adquiridos com investimento de R\$ 19 milhões, viabilizados por meio de emendas ao orçamento e articulação do senador junto ao governo federal.

De acordo com Jayme Campos, o objetivo é fortalecer a agricultura familiar e melhorar a infraestrutura urbana e rural dos municípios, garantindo melhores condições de trabalho e atendimento à população.

Entre os municípios contemplados estão Alta Floresta, Alto Araguaia, Aripuanã, Confresa, Primavera do Leste, Rosário Oeste, Santo Antônio de Leverger, Poconé, Peixoto de Azevedo e Diamantino, Lambari d'Oeste, entre outros.

Prefeitos e vereadores de diferentes





regiões destacaram o caráter municipalista da atuação do senador. “Jayme Campos é um senador municipalista, que ajuda todos os municípios de Mato Grosso”, afirmou o prefeito Aldo Souza (Marronzinho), de Denise. De Sorriso, o vereador Wanderley Paulo, em seu sexto mandato, também elogiou o trabalho do parlamentar. “As emendas do senador têm ajudado verdadeiramente Mato Grosso e os municípios. Nossa gratidão a ele”.

Nas redes sociais, a iniciativa foi amplamente elogiada. “Jayme Campos

é o senador mais atuante de Mato Grosso. Minha gratidão pelo que tem feito por Garantã do Norte”, escreveu Márcio Gonçalves. “Jayme Campos está fazendo a diferença, quebrando paradigmas. Mato Grosso precisa de líderes com essa sensibilidade humanitária e cultural”, acrescentou José Félix Campos. Com mais essa entrega, Jayme Campos reforça seu compromisso com o fortalecimento dos municípios, o desenvolvimento econômico e a valorização da agricultura familiar em todas as regiões do Estado.





Jayme Campos e Defesa Civil de Mato Grosso entregam 60 veículos para prefeituras

A entrega faz parte de uma importante ação do senador em parceria com o governo de MT visando o fortalecimento das estruturas de prevenção e resposta a desastres nos municípios mato-grossenses

A Defesa Civil de Mato Grosso recebeu 60 caminhonetes pick-up para equipar o órgão em 60 municípios do estado. A entrega foi viabilizada por meio de emendas do senador Jayme Campos junto ao Orçamento da União em parceria com o governo do estado.

Além dos veículos, mais sete caminhões pipa também foram entregues pelo senador para atender às prefeituras de Aripuanã, Chapada dos Guimarães, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Rosário Oeste, Alto Garças e Nobres. Ao todo, os investimentos somam R\$ 11,3 milhões: R\$ 6,7 milhões para as pick-ups e R\$ 4,6 milhões para os caminhões.

“Meu compromisso com o municipalismo se traduz nesta ação, em que entregamos à nossa população equipamentos que, com certeza, farão toda a diferença na hora do atendimento prestado pela Defesa Civil e pelas prefeituras”, afirmou o senador Jayme Campos.

O governador Mauro Mendes agradeceu o apoio que o senador tem prestado ao seu governo e ao estado. “O Jayme é um senador atuante que, lá em Brasília, tem muita força junto aos pares e que consegue fazer uma boa articulação em defesa do Estado de Mato Grosso e de todos os nossos interesses lá em Brasília. E aqui hoje é um exemplo disso. O senador Jayme talvez seja o parlamentar federal que mais faz essas parcerias com o governo”, reconheceu.



Jayme Campos e governo de MT reforçam rede de assistência social com entrega de 35 veículos

Os automóveis, Fiat Strada, completo, foram conquistados por meio de emenda do senador, destinada a garantir melhorias de trabalho aos conselheiros tutelares nos municípios

Jayme Campos destinou quase R\$ 4 milhões em emendas parlamentares para a aquisição de veículos destinados aos Conselhos Tutelares de 35 municípios de Mato Grosso. O objetivo é ampliar a capacidade de atendimento e garantir melhores condições de trabalho aos conselheiros, fortalecendo a rede de proteção às crianças e adolescentes.

Para Jayme Campos, a entrega dos veículos aos Conselhos Tutelares faz parte de um compromisso permanente com os municípios, visando melhorar a infraestrutura local e oferecer serviços públicos mais eficientes à população.

Os Conselhos Tutelares são órgãos essenciais na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, atuando como primeira instância de proteção contra violações, negligência e outras ameaças e, além disso, prestam atendimento e orientação a famílias em situação de risco.

“Quero agradecer aos prefeitos, aos vereadores, aos conselheiros tutelares que, com esforço diário, fazem a diferença mesmo com recursos limitados. O nosso compromisso é continuar lutando em Brasília para trazer mais investimentos, mais infraestrutura e mais oportunidades para todos”, reforçou o senador.





Total de recursos para a saúde de Mato Grosso em 2025 chega a R\$ 100 milhões

R\$ 74 milhões já foram distribuídos para as contas das prefeituras. Senador e ministro Alexandre Padilha trabalharam para que o estado de Mato Grosso recebesse outros R\$ 40 milhões para a saúde

Em 2025, o senador Jayme Campos trabalhou e conseguiu que as contas de diversas prefeituras de Mato Grosso recebessem recursos oriundos do Orçamento da União para a área de saúde. O total destinado foi de R\$ 74 milhões pagos. Outros R\$ 40 milhões, destinados ao governo estadual, ainda serão pagos até o dia 31 de dezembro.

“Este é um trabalho efetivo, que garante resultados para a população, cujos municípios poderão investir em diversas ações, tais como a compra de insumos, manter o funcionamento das unidades de saúde, o custeio de programas e estratégias de saúde, como vacinação e contro-

le de doenças e endemias, tudo destinado para a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS)”, destacou.

O senador explicou que tem dedicado especial atenção para assegurar recursos para que os municípios mato-grossense possam investir na melhoria do atendimento na área da saúde. Segundo ele, fortalecer a atenção básica é a forma mais inteligente e econômica de cuidar da população, sobretudo, aquelas que precisam da atenção do poder público. Praticamente todos os municípios de MT foram beneficiados com recursos das emendas parlamentares apresentadas pelo senador Jayme Campos.



MATO GROSSO **TEM 142 MUNICÍPIOS**



**TODOS RECEBERAM RECURSOS
DO SENADOR JAYME CAMPOS**

SENADOR
**JAYME
CAMPOS**



SAIBA MAIS

Jayme Campos articula reforço orçamentário para melhorias na Universidade Federal de MT

Senador ressaltou que a UFMT é uma das grandes referências no ensino superior para formação de jovens e merece toda atenção

O senador Jayme Campos se reuniu com a reitora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Marluce Silva, para reforçar o orçamento da instituição de ensino superior. O encontro contou com a presença do deputado estadual Lúdio Cabral.

Uma das questões tratadas diz respeito à liberação urgente de recursos para reparos emergenciais no campus após fortes chuvas que caíram em Cuiabá no mês de abril. O temporal provocou estragos consideráveis, como desaba-

mento de tetos, danos em móveis e equipamentos. A Biblioteca Central teve parte do acervo atingido pela água e corre risco de deterioração.

“A UFMT é nossa grande referência no ensino superior para formação de jovens e adultos e merece toda a nossa atenção e cuidado. Por isso, estou particularmente imbuído de realizar os melhores esforços para liberação de verbas, com reforço orçamentário das emendas, para atender a comunidade acadêmica com qualidade”, disse o senador.

Recursos destinados pelo senador Jayme Campos para o ensino superior no estado de Mato Grosso:

Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – UFMT

2024 – R\$ 12.000.000,00

2025 – R\$ 1.000.000,00

Universidade Federal do Rondonópolis – UFR

2024 – R\$ 2.000.000,00

2025 – R\$ 1.000.000,00

Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT

2024 – R\$ 4.000.000,00

2025 – R\$ 12.400.000,00



MEC autoriza curso de Medicina em Sinop e beneficia 40 municípios do Nortão de MT

Medida reafirma o compromisso do senador com a educação como pilar de transformações políticas, econômicas e sociais

O Ministério da Educação autorizou a implantação do curso de graduação em Medicina no município de Sinop. O curso será ofertado pela FACISO, Faculdade de Ciências da Saúde Dr. Oswaldo Fortini, com 60 vagas anuais e deverá beneficiar diretamente 40 municípios da região Norte do Estado de Mato Grosso. A conquista é resultado direto da articulação do senador Jayme Campos junto aos mi-

nistros da Saúde, Alexandre Padilha, e da Educação, Camilo Santana.

O projeto pedagógico garante o fortalecimento do sistema público de saúde com profissionais qualificados. A medida também contribui para descentralizar o ensino médico no Estado, ampliando o acesso à formação superior em regiões estratégicas. A estrutura física e acadêmica da FACISO conta com laboratórios

modernos, salas equipadas e um corpo docente altamente qualificado, garantindo padrões de qualidade compatíveis com as exigências do MEC. A expectativa é de que os estudantes já ingressem no curso a partir de 2026.

Ao comemorar a decisão do MEC, o senador afirmou que agora os jovens terão a oportunidade de estudar Medicina sem precisar sair de casa, e Mato Grosso vai ganhar novos profissionais comprometidos com a saúde da população. "Uma vitória contagiante! Estamos prontos para participar da aula inaugural", disse.

Enfermagem para Várzea Grande

Em 2026, mais 100 estudantes poderão acessar o curso de Enfermagem, a ser implantado pela União Centro Educacional Interdisciplinar do Brasil (Uniceib). A atuação de Jayme Campos em defesa do ensino garantiu a autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação. A nova graduação tem como foco atender a população da Baixada Cuiabana, com atenção especial para comunidades indígenas e quilombolas, que hoje contam apenas com formação técnica na área da saúde.





“Povo está cansado de pagar tanto imposto”, diz Jayme Campos ao rechaçar aumento do IOF

Senador mato-grossense defende controle de gastos públicos e critica proposta que resultava em aumento do custo de vida

Em meio ao debate nacional sobre ajustes fiscais, Jayme Campos manifestou-se contrariamente a qualquer medida que aumente a carga tributária no país. Em pronunciamento, ele criticou a sobretaxa do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), anunciada pelo Governo Fe-

deral, afirmando que a medida “vai pesar sobremaneira nos ombros da população brasileira”. “O povo está cansado de pagar tanto imposto, cansado de custear um Estado ineficiente e gastador”, declarou. Além do IOF, o parlamentar expressou preocupação com a proposta de tributar



SAIBA MAIS

em 5% os rendimentos das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), atualmente isentas para pessoas físicas.

Segundo Campos, a mudança encareceria a compra da casa própria e elevaria o preço dos alimentos, afetando toda a cadeia produtiva do agronegócio e da construção civil. "As LCAs são a base do financiamento agropecuário e estruturam o Plano Safra. Taxá-las afastará investidores e aumentará o custo do crédito para quem produz", argumentou.

O senador afirmou que o ajuste fiscal não deve se basear apenas no aumento de arrecadação, mas sim no controle de despesas obrigatórias e na revisão de privilégios. "É preciso passar um pente fino

nos gastos públicos, cortando subsídios ineficientes que consomem bilhões sem retorno para a sociedade", disse, citando que as renúncias fiscais devem chegar a R\$ 544 bilhões em 2025.

Entre as medidas que ele defende estão: reforma administrativa para modernizar o serviço público e valorizar servidores eficientes; reforma orçamentária garantindo transparência no uso dos recursos públicos; e responsabilização de agentes públicos com mecanismos para punir gastos ineficazes. "O Brasil não precisa de mais impostos, precisa de gestão séria e eficiente, além de respeito ao dinheiro público. O desafio é priorizar o essencial: escolas, hospitais, estradas e creches de qualidade", concluiu.

Câmara segue travando PL que beneficia microempreendedores e que gera emprego e renda

Senador Jayme Campos questionou por diversas vezes o silêncio do presidente da Câmara dos Deputados

O projeto de lei para beneficiar 16 milhões de Microempreendedores Individuais (MEIs) do país segue parado na Câmara dos Deputados. O PL 108/2021, de autoria do senador Jayme Campos, busca atualizar o limite de faturamento bruto anual para enquadramento na categoria, elevando-o de R\$ 81 mil para R\$ 144 mil, representando 77% de aumento.

Em vários pronunciamentos, Jayme Campos defendeu a urgência da matéria, classificando-a como um salto necessário para o desenvolvimento econômico do país. A pauta, porém, seguiu travada na Câmara dos Deputados, apesar da pressão da bancada ligada ao setor, que chegou a aprovar o pedido para tramitação em regime de urgência. "O Brasil não tem mais tempo a perder. Já não é de agora que o país precisa acelerar seu processo de modernização empresarial com a melhoria dos ambientes de negócio", argumentou.

A principal mudança trazida pelo projeto de Jayme Campos é a permissão para que o pequeno empresário possa contratar até dois empregados, contra o

limite atual de apenas um. Para o autor da proposta, essa é uma medida essencial para "destravar os gargalos financeiros no comércio".

Os benefícios econômicos e sociais do MEI, instituído em 2008, são consideráveis. "O enquadramento contribui para a redução da informalidade, estendendo seus benefícios para o âmbito previdenciário", lembrou Jayme. Ele também apontou a burocracia excessiva como um dos fatores que mais prejudicam a economia nacional, problema que o projeto ajudaria a mitigar.

Diante dos benefícios expostos, ele questionou o silêncio da Câmara dos Deputados. "A classe política brasileira não pode seguir conivente com a lentidão das reformas econômicas imprescindíveis" – declarou. Segundo ele, é urgente a aprovação desse projeto: "Os microempreendedores voltarão a respirar um ar menos tenso, com mais oportunidade e justiça social", concluiu, expressando convicção de que a medida melhorará o ambiente para a economia e, sobretudo, para os microempreendedores.



Destinação de R\$ 5,5 bi para partidos políticos não teve apoio de Jayme Campos

Da tribuna, ao pedir o fim do fundo, senador chegou a denunciar a existência de partido controlado por famílias

Jayme Campos criticou duramente o Fundo Partidário, que recebe R\$ 5,5 bilhões do orçamento público, classificando o valor como um peso excessivo para os trabalhadores brasileiros. Durante debate no Senado, ele destacou que, apesar das regras formais, existem muitos subterfúgios usados por partidos políticos, que muitas vezes funcionam como verdadeiros balcões de negócios, controlados por famílias e sem transparência. Segundo Campos, muitos candidatos sequer sabem por que foram incluídos nas chapas eleitorais, e relatou um caso real em Mato Grosso, onde uma candidata usou recursos do fundo para pagar a conta do tratamento veterinário de seu cachorro, dinheiro que depois teve que ser devolvido.

Jayme Campos defendeu o fim do Fundo Partidário e acredita que quem quiser disputar cargos eletivos deve fazê-lo por meio do diálogo, da apresentação de propostas e do convencimento do eleitor, não apenas com dinheiro público. Ele ressaltou que as campanhas financiadas por esse fundo significam usar o suor de milhões de brasileiros que trabalham longas jornadas.

Além disso, Jayme manifestou posi-



ção contrária ao projeto que aumenta o número de deputados federais, que pode ampliar a bancada mato-grossense em duas cadeiras. Para ele, a medida é um "escárnio" diante da carga tributária pesada que recai sobre a população. O senador afirmou ter "convicção quase absoluta" de que o projeto não será aprovado no Senado e já declarou seu voto contrário.

Proposta reserva parte do Fundo Eleitoral para financiar educação e formação consciente de eleitores

Aplicação de 2% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha em ações permanentes de conscientização política



Crítico dos altos valores que formam o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), o senador Jayme Campos apresentou um projeto de lei que propõe a destinação de 2% dos recursos do Fundo Eleitoral para programas de educação cidadã e letramento democrático, a serem executados sob a gestão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segundo o senador, o fortalecimento da democracia não pode se limitar ao financiamento de campanhas eleitorais, devendo incluir investimentos estruturados na formação do eleitor e na compreensão do funcionamento das instituições. “Não há democracia forte sem uma sociedade bem-informada, nem cidadania plena sem compreensão do papel das instituições e da responsabilidade individual na vida pública”, afirmou.

O projeto altera a Lei das Eleições para estabelecer diretrizes claras, com transparência para o uso desses recursos. Entre as ações previstas estão programas de formação de eleitores conscientes, produção e difusão de materiais educativos sobre o sistema eleitoral, realização de cursos e seminários abertos à sociedade, capacitação de educadores e formadores de opinião, desenvolvimento de plataformas digitais, apoio a iniciativas da sociedade civil.

Para ele, o impacto social da proposta é significativo. Para a próxima eleição, o Fundo Eleitoral deve alcançar cerca de R\$ 5 bilhões. “Infelizmente, quem paga a conta é o cidadão, já sobrecarregado por elevada carga tributária”, disse.

O senador **Jayme Campos** defendeu a **isenção** do **Imposto de Renda** para todos os **aposentados**.



“

Tributar os aposentados significa penalizar quem já deu tudo pelo país e vive uma fase da vida com custos elevados, especialmente com saúde

SENADOR
**JAYME
CAMPOS**

Reforma Tributária: contra perdas aos municípios

Ao defender o municipalismo, Jayme Campos mostrou um estudo da CNM que apontou déficit em 54% das prefeituras do país

Três vezes prefeito de Várzea Grande e um dos parlamentares mais comprometidos com a defesa das pautas municipalistas, o senador Jayme Campos teve papel fundamental na aprovação da reforma tributária. Sua atuação esteve focada principalmente em garantir ajustes que evitassem perdas de receita dos municípios. O objetivo era colocar fim à chamada política do 'pires na mão', que sempre caracterizou a relação com os demais níveis de poder.

Jayme defendeu atuação do Congresso Nacional em cinco eixos: 1) A reforma da previdência municipal; 2) O equacionamento das dívidas dos entes locais; 3) A revisão da distribuição de receitas; 4) O aumento dos investimentos públicos nos Municípios; e, 5) Urgente modernização das relações federativas.

Estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), apontou que 54% das prefeituras do país estão com as contas públicas no vermelho.

PEC da Blindagem: "Não vou proteger bandidos!"



SAIBA MAIS

Jayme Campos afirmou que proposta dos deputados era um 'escárnio' contra a sociedade

O senador foi um dos a se manifestar contra a aprovação da PEC da Blindagem, antes mesmo da medida ser aprovada pela Câmara dos Deputados. Chamou a proposta de 'escárnio' e com abrangência para 'proteção a bandidos'.

No Senado, a proposta que os deputados encaminharam acabou recebendo parecer contrário e arquivada na Comissão de Constituição e Justiça. Para o senador, a proposta dos deputados criava "uma casta de privilégio" e que prote-

gia políticos que não têm "compromisso com o Brasil". Ele destacou que a Emenda Constitucional, que restringe a abertura de processos contra parlamentares no Supremo Tribunal Federal (STF), desrespeitava o anseio popular por representantes responsáveis por seus atos. O senador também criticou a previsão de voto secreto para autorizar processos, incluso em manobra no plenário. "Eu sinto vergonha quando a Câmara aprova uma matéria como essa", criticou.

Na defesa dos produtores rurais, Jayme Campos condena 'tarifaço' do Governo dos Estados Unidos

Senador defendeu a Lei da Reciprocidade e pediu articulação de uma coalizão internacional em defesa das regras consolidadas pela OMC

O senador Jayme Campos foi um dos mais ferrenhos críticos ao 'tarifaço' decretado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. No curso dos debates sobre a medida, ele defendeu rápida aprovação da Lei da Reciprocidade que prevê medidas de resposta a barreiras comerciais impostas por outros países a produtos brasileiros.

"O Brasil precisa estar preparado para defender seu direito de competir de forma justa, de crescer com base no mérito e de participar de um sistema internacional de comércio baseado em regras, não em imposições arbitrárias", disse.

A decisão do presidente norte-americano, que tornou os produtos de exportação do Brasil mais caros, representou,



SAIBA MAIS



na avaliação de Jayme Campos, uma grave violação dos princípios do comércio internacional e ameaça décadas de construção institucional no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Mato Grosso, como estado produtor de alimentos, foi um dos mais afetados.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) projetou uma queda de até 75% nas exportações de alimentos para os EUA, com reflexos no Produto Interno Bruto (PIB) nacional da ordem de 0,41%. Apenas o agronegócio, setor responsável por cerca de 30% das exportações brasileiras para o mercado americano — o equivalente a US\$ 12 bilhões em 2024 — foi fortemente afetado.

Apesar do apoio à Lei de Reciprocidade, aprovada pelo Congresso, Campos

também defendeu o enfrentamento com a adoção de medida de caráter estratégico. Ele sugeriu a busca de uma “coalizão internacional com os demais países afetados, sobretudo na Organização Mundial do Comércio”, uma vez que regras consolidadas há décadas foram atropeladas por interesses casuísticos de curto prazo. “O governo brasileiro deve liderar uma frente institucional que envolva também o setor empresarial, visando buscar uma solução antes da efetivação das tarifas”. Ainda na defesa dos produtores brasileiros, Jayme cobrou do Governo rápido detalhamento das medidas de contingência. Em uma delas, junto a ministra do Planejamento, Simone Tebet, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Jayme Campos faz apelo ao presidente do STF, Edson Fachin, contra a moratória da soja

A medida chegou a ser suspensa pelo CADE, que investiga as grandes "traders" por suposta formação de cartel e abuso do poder econômico; caso segue em discussão



Um dos temas que tem recebido atenção especial por parte do senador Jayme Campos é a chamada 'moratória da soja', classificada por ele, em diversas ocasiões, como "abuso econômico" que vem prejudicando de forma dura os produtores que atuam de modo legal e por criar barreiras à exportação. Nesse sentido, ele cobrou maior responsabilidade por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) na análise sobre o assunto em encontro com o ministro Edson Fachin, que assumiu a Presidência da Corte Suprema.

No encontro, Jayme Campos explicou que a 'moratória da soja' é pacto entre grandes corporações e ONGs, existente desde 2006, que impede a compra

de soja cultivada em áreas desmatadas após julho de 2008 na Amazônia, mas que atinge até mesmo áreas desmatadas dentro da legalidade. Cálculos apontam que os prejuízos à produção ultrapassam a casa dos R\$ 20 bilhões.

A medida chegou a ser suspensa pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que investiga as grandes 'traders' e ONGs por suposta formação de cartel e abuso de poder econômico. Mas voltou a vigorar por decisão da Justiça Federal. Neste momento, o caso é analisado pelo Supremo, cujo relator, ministro Flavio Dino, suspendeu todas as ações judiciais em tramitação em diversos juízos no Brasil.

"Absurdo": desapropriação de terras atingidas por incêndios criminosos

A decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, permitindo que a União desapropriar as terras atingidas por incêndios criminosos e desmatamentos ilegais, se houver comprovação de responsabilidade do proprietário do local na ação contra o meio ambiente, foi classificada pelo senador Jayme Campos como 'absurda'. A decisão, segundo ele, promove "grave insegurança jurídica" porque muitas vezes é impossível detectar se o incêndio é ou não criminoso: "Muitas das vezes, uma bituca de cigarro jogada na beira da estrada promove uma destruição, sobretudo na época da estiagem", disse.

Mais transparência nas emendas

Parlamentar que mais liberou recursos do Orçamento da União para municípios, o senador Jayme Campos defendeu uma reforma ampla no modo de indicação das emendas para que haja maior transparência e rastreabilidade possível dos recursos. Jayme manifestou apoio as iniciativas do ministro Flavio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre o tema das emendas e defendeu que haja investigações, de fato, sobre o uso dos recursos. "Minhas emendas todos sabem para onde vão. Tem total transparência, 100%", disse o senador.



SAIBA MAIS

Marco do Licenciamento Ambiental dará nova dinâmica ao desenvolvimento nacional

Legislação estabelece prazos, cria novas modalidades de licença e busca destravar milhares de projetos que se encontram parados

O Congresso Nacional aprovou este ano o Marco do Licenciamento Ambiental. A nova lei (PL 2.159/21) foi construída para modernizar e desburocratizar o processo de licenciamento no Brasil, com o objetivo de simplificar a aprovação de projetos que impactam o meio ambiente. O senador Jayme Campos foi um dos parlamentares que mais lutaram pela aprovação no Senado.

Por várias vezes, o senador mato-grossense ocupou a tribuna do plenário e usou da palavra nas discussões nas comissões temáticas na qual o projeto tramitou, pedindo a aprovação da matéria por entender que as regras anteriores criavam burocracia que atrasavam o desenvolvimento do país. "A pretexto de defender a natureza – ele ressaltou – normas confusas e decisões do poder público bloqueiam obras, atrasam investimentos e impedem a criação de empregos".

Entre as principais mudanças estão a criação de novas modalidades de licenças como a Licença por Adesão e Compromisso (LAC) e a Licença Ambiental

Única (LAU), a definição de prazos máximos para análise de processos, a dispensa de licenciamento para algumas atividades de baixo impacto e a digitalização do sistema.

Na defesa da proposta, Jayme Campos lembrou que havia no Brasil quase 5 mil obras paralisadas devido à burocracia de licenciamento, causando perdas consideráveis de recursos arrecadados dos contribuintes. Ele acredita que, uma vez colocada em prática, a lei permitirá "destravar" investimentos e resolver os entraves enfrentados pelos empreendedores.

"O Brasil sofre de uma anemia profunda em relação aos investimentos devido à falta de segurança jurídica, afastando investimentos estrangeiros e desmotivando o empresariado brasileiro", afirmou. Ele citou casos de licenciamentos que demoraram até 3.116 dias para serem aprovados, com a média nacional sendo de 209 dias. "É um disparate, um exagero, que não só afasta os investimentos privados, mas também os públicos", disse.



Jayme Campos destaca R\$ 4 bi para o 'Fundo Catástrofe' e pede agilidade para o Seguro Rural

O senador Jayme Campos voltou a defender agilidade do Congresso Nacional na votação do Projeto de Lei nº 2951, de 2024, que aperfeiçoa os marcos legais relacionados ao Seguro Rural, de forma a torná-lo mais barato e acessível no Brasil. O projeto encontra-se pronto para ser votado em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Uma vez aprovado, será remetido à Câmara dos Deputados.

Relator da matéria, Jayme Campos

destacou que o projeto retira do papel o 'Fundo Catastrofe', criado em 2012.

Na proposta consta uma previsão de R\$ 4 bilhões para serem aportados neste novo modelo de Seguro Rural, composto por recursos públicos e privados. O projeto também, segundo ele, será capaz de dotar o mercado segurador com uma melhor estrutura de governança para tornar a política pública do seguro mais efetiva.

"Nosso produtor rural precisa de tranquilidade para fazer o que sabe fazer,



que é produzir. Ele precisa de redes de apoio e de segurança para crescer. Com um seguro que caiba no bolso do produtor, os juros vão baixar e o crédito agrícola será ampliado”, disse.

Além disso, o senador ressaltou que o novo Seguro Rural deverá colocar o agronegócio brasileiro em outro patamar. Atualmente, apenas 20% da produção rural brasileira conta com a cobertura de seguro. Para Jayme, ao tornar a ferramenta acessível, será possível dobrar a

produção, já que deverá eliminar a possibilidade de eventuais riscos climáticos. Ao mesmo tempo, reduzirá o atual índice de recuperação judicial dos produtores, que aumentou 45% nos últimos anos.

“O que queremos é melhorar esse ambiente, sobretudo diante das tragédias que podem ocorrer. Precisamos urgentemente atender essa demanda. Por isso, espero que esse seguro rural venha a ser aprovada da melhor maneira possível e urgentemente”, afirmou.

Confisco tributário na cobrança do Imposto Territorial Rural entra na mira do Senado Federal

Projeto já foi aprovado na Comissão de Agricultura e será votado na Comissão de Assuntos Econômicos antes de ir para a Câmara

Novos critérios de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) serão votados pelo Senado Federal numa proposta apresentada pelo senador Jayme Campos, visando acabar com o que vem sendo classificado como 'verdadeiro confisco tributário'. A norma vigente já perdura há 30 anos e apresenta graves distorções. O projeto já recebeu parecer favorável da Comissão de Agricultura e agora espera votação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Segundo Jayme Campos, já "passou

da hora" dos critérios serem atualizados, "com o propósito de promover e garantir justiça tributária no campo brasileiro". Atualmente, ele explicou, o cálculo do imposto se mostra "incoerente e injusto", gerando enorme insegurança jurídica quanto à determinação do valor monetário da terra nua a preço de mercado – problema que prejudica muitos produtores rurais Brasil afora.

O novo modelo proposto por Jayme Campos define que a avaliação do ITR fique com a União, e não com os municí-





SAIBA MAIS

pios. Dessa forma, o julgamento de processo administrativo fiscal relativo ao imposto também fica a cargo da União, já que abarca matérias que são de competência nacional.

Entre os pontos que o projeto também atinge, está o regramento padronizado para a comprovação das áreas ambientais e não tributáveis das propriedades. Ou seja, assegura que a tributação seja aplicada apenas sobre áreas efetivamente produtivas. A comprovação de áreas de valor ambiental – para fins de cálculo do

ITR – será feita mediante a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) ou por um laudo técnico, assinado por um profissional habilitado. Esse detalhe vai incentivar também a regularização ambiental das propriedades.

O projeto prevê, ainda, isenção do ITR para imóveis rurais invadidos e a determinação de que os valores arrecadados com o ITR sejam aplicados em infraestrutura e medidas que beneficiem os moradores do campo, promovendo o desenvolvimento rural e gerando avanços no setor.



Projeto de Lei proíbe destruição de máquinas em fiscalização ambiental

Medida busca fortalecer a segurança jurídica, transparência e critérios razoáveis

Projeto de lei apresentado pelo senador Jayme Campos busca limitar a destruição imediata de bens apreendidos em operações de fiscalização ambiental conduzidas pelo Ibama e outros órgãos. A proposta pretende garantir que a aplicação da lei ambiental ocorra com base no devido processo legal, evitando o que o parlamentar chamou de “decisões precipitadas” e “ações pirotécnicas” que resultam em prejuízos sociais e econômicos.

Máquinas, veículos e equipamentos são frequentemente destruídos no próprio local da operação, mesmo quando poderiam ser preservados ou reaproveitados. O projeto propõe que a destruição

só ocorra em casos excepcionais, quando o transporte ou a guarda forem impossíveis, ou quando houver risco imediato ao meio ambiente, à população ou aos agentes públicos.

Jayme Campos destacou que a medida apresentada no Senado Federal não enfraquece a fiscalização, mas busca “fortalecê-la com segurança jurídica, transparência e critérios razoáveis”. Ele também defendeu que os bens apreendidos possam ser destinados a órgãos públicos, prefeituras, cooperativas ou associações de pequenos produtores, evitando o desperdício e dando utilidade social ao material.





Jayme Campos propõe revelar minerais escondidos nos produtos do dia a dia

Selo de Eficiência Mineral promete transformar a relação do consumidor com a indústria

O Brasil pode dar um passo decisivo rumo ao consumo consciente. O senador Jayme Campos apresentou um projeto de lei que propõe a criação de um selo de eficiência mineral, uma espécie de “rótulo de origem geológica”, que revelará ao consumidor quais bens minerais estão presentes nos produtos industrializados e se esses materiais vêm da mineração, da reciclagem ou do reuso.

O PL 3488/2025 parte de uma constatação simples, mas poderosa: não existe vida moderna sem mineração. Desde pontes e hospitais até celulares, computadores e utensílios domésticos, tudo começa na extração de recursos do subsolo.

No entanto, essa cadeia produtiva permanece invisível à maioria da população.

O projeto posicionará o Brasil como referência internacional em responsabilidade mineral, transformando o simples ato de consumir em um gesto de consciência ambiental. Ao tornar obrigatória a divulgação da composição mineral dos produtos, o projeto incentiva a indústria nacional a adotar práticas de menor impacto e promove uma nova cultura de responsabilidade compartilhada: empresas mais transparentes, consumidores mais conscientes e um Estado mais capacitado para agir, segundo ressaltou o senador mato-grossense.

Sonho de três décadas, ZPE de Cáceres abre caminho para nova era em Mato Grosso

Infraestrutura de R\$ 51,3 milhões e regime tributário diferenciado transformam a Zona de Processamento de Exportação em polo de atração de investimentos.

Um projeto audacioso, gestado há mais de 30 anos, pelo então governador Jayme Campos, finalmente saiu do papel e se transformou em realidade, inaugurando um novo capítulo para a economia do Oeste de Mato Grosso. A chegada da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município de Cáceres constitui um marco que materializa o sonho de gerações e deve impulsionar o desenvolvimento regional e conectar a produção local aos mercados globais.

Com investimento de R\$ 51,3 milhões, a ZPE se consolida como uma área

industrial de livre comércio voltada para a instalação de empresas exportadoras. O empreendimento, localizado às margens do Rio Paraguai, oferece regimes tributário, administrativo e cambial diferenciados, criando um ambiente extremamente favorável para os negócios.

“Foi uma luta muito grande até chegarmos até aqui e sairmos vitoriosos com o alfandegamento da ZPE. Ou seja, a partir de agora o caminho está aberto para que empresas se instalem ali e passem a operar exportações com todo o mundo a partir de Cáceres”, disse Jayme.





O espaço está dividido em cinco módulos, contando com 341 lotes industriais, recinto aduaneiro, armazéns e infraestrutura completa de água, energia e telecomunicações. Para a população e a classe empresarial da região, a ZPE representa a chave para a expansão da economia.

As vantagens são inúmeras. Segundo o senador, o projeto foi concebido para atrair investimentos, ampliar negócios e gerar empregos com a instalação de novas indústrias, movimentando o comércio e a prestação de serviços em toda

a região. Com isso será possível elevar o padrão social da região, com melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A localização privilegiada permitirá a exportação pela Hidrovia do Paraguai, um corredor logístico de baixo custo que escoará a produção pelo Porto de Cáceres com destino a países do Mercosul e, a partir dali, para o mundo todo. Para o senador, tudo isso reduzirá significativamente os custos do frete, aumentando a competitividade dos produtos.



Jayme Campos foi quem deu início a implantação da ZPE de Cáceres, no início da década de 1990, quando foi governador de Mato Grosso. No evento, ele foi lembrado pela visão estratégica, da qual originou a iniciativa. “Esta é uma prova inequívoca do meu comprometimento com Mato Grosso, sem falar em tantas outras pessoas que, assim como eu, apostaram nesse sonho”, declarou.

Jayme Campos pede que governo federal tenha "misericórdia do povo da BR-242"

A luta pela pavimentação da rodovia entre Santiago do Norte e Gaúcha do Norte permitirá a ligação entre a BR-163 e a BR-158

A pavimentação da BR-242 se transformou em questão de justiça. O senador Jayme Campos cobrou do Governo Federal agilidade para a liberação das obras do lote A da rodovia, trecho entre Santiago do Norte e Gaúcha do Norte. Durante reunião no Ministério dos Transportes, ele chegou a pedir que o Governo tenha 'misericórdia' da população que depende da rodovia.

"Desde o meu primeiro mandato como senador estamos nessa luta sem fim", afirmou o parlamentar, que, no começo do ano, esteve na Fundação Nacional dos Povos Originários, a Funai, para debater o assunto, ao lado de líderes da região, como Odir José Nicolodi, mais conhecido como "Caçula", um dos colonizadores de Santiago do Norte.





As obras da BR-242 estão listadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao todo, são 87 quilômetros entre Santiago do Norte a Gaúcha do Norte. No encontro com dirigentes do Ministério dos Transportes, a Comissão Pró-BR-242 insistiu na liberação ambiental para mais 24 quilômetros e uma ponte no trajeto. Participaram ainda representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Ibama e Funai, além de parlamentares da bancada fe-

deral. A previsão é de que até janeiro o Ibama tenha condições de emitir as licenças necessárias.

A pavimentação da BR-242 entre Santiago e Gaúcha do Norte é considerada estratégica, pois permitirá a ligação rodoviária entre as BRs 163 e 158, conectando, dessa forma, as principais regiões produtoras e polos de desenvolvimento do Vale do Araguaia, com acesso à Ferrovia Senador Vicente Vuolo (Feronorte), em Lucas do Rio Verde, também em fase de execução.

Foco também na 080, 163 e 158

Como o maior estado produtor de grãos do Brasil, a defesa da melhoria da infraestrutura sempre pautou o mandato do senador Jayme Campos. Além do trabalho intenso em favor da pavimentação da BR-242, o senador vem trabalhando também pelo asfaltamento da BR-080, que ligará Luiz Alves, em Goiás, a Ribeirão Cascalheira. Há uma promessa do ministro Renan Filho de se investir R\$ 178 milhões para viabilizar a rodovia.

Outra rodovia que esteve durante todo o ano nas prioridades do senador

Jayme Campos foi a BR-163, trecho que liga Sinop a divisa de Mato Grosso com o Pará. A duplicação dessa parte da rodovia foi debatida, inclusive, em audiência com o ministro Renan Filho na Comissão de Infraestrutura do Senado.

A BR-158 também deve avançar com a decisão do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente de conceder licença para pavimentação de mais 86 quilômetros, no contorno leste da Terra Indígena Maraiwatsede. A decisão foi possível após forte pressão parlamentar.

Mato Grosso tem apenas cinco paradas de descanso para caminhoneiros, denuncia Jayme

Legislação determina que os condutores de cargas façam paradas de pelo menos 30 minutos para descanso. Jayme Campos afirma que possivelmente MT é um dos estados que esqueceu a lei



A Comissão de Infraestrutura do Senado reuniu diversos especialistas e representantes de entidades que integram o sistema de transporte no país, para discutir o cumprimento e efeitos da Lei dos Caminhoneiros. Notadamente no que diz respeito a precariedade da infraestrutura de pontos de repouso e descanso nas

rodovias. Nesse ponto, o senador Jayme Campos cobrou o cumprimento da lei 13.103/2015, que trata da questão.

Mato Grosso, segundo o senador, é possivelmente um dos estados brasileiros em que essa determinação legal foi praticamente esquecida. Da sanção da lei até agora, foram criados apenas e tão



SAIBA MAIS

somente 5 pontos de repouso para os caminhoneiros. “Isso é uma vergonha. Lá cortam as BR-163, 070, 174, 158... Imagina um Estado de dimensão continental, com dezenas de milhares de quilômetros de rodovia, ter apenas cinco pontos”, lamentou. Jayme Campos fixou suas críticas na falta de estrutura para atender os

condutores. Ele ressaltou situações indesejadas vivida pelos caminhoneiros em função da falta de locais de repouso. Como exemplo, a exigência dos postos de combustíveis em condicionar o pernoite em seus respectivos pátios ao abastecimento do veículo. Outra queixa é quanto ao número de pedágios nas estradas.

Obras da FICO aceleradas

O ministro dos Transportes, Renan Filho, durante audiência com o senador Jayme Campos e parlamentares de MT, destacou que as obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO) estão com ritmo acelerado e projetou impacto positivo para o escoamento da produção agrícola do Estado. “A FICO está andando rapidamente. Estamos organizando uma visita à região para dialogar com produtores e lideranças locais, garantindo que Mato Grosso esteja plenamente preparado para utilizar essa nova infraestrutura logística”, frisou Renan Filho.

Infraestrutura e logística

O senador Jayme Campos, desde que assumiu seu mandato, tem se envolvido com vários projetos para melhorar a logística em Mato Grosso. Ele defende o fortalecimento do transporte intermodal para reduzir custos e dificuldades de escoamento da produção agrícola e a melhoria da infraestrutura das rodovias federais e estaduais para beneficiar o escoamento da produção agrícola do estado. Jayme Campos faz duras críticas também às medidas comerciais que afetam o setor produtivo e que têm dificultado a logística em Mato Grosso.



Monopólio do setor aéreo

A decisão da Azul Linhas Aéreas de suspender voos de Cuiabá para cinco capitais brasileiras — Campo Grande, Curitiba, Goiânia, Brasília e Maceió —, além de encerrar a rota direta para Alta Floresta (MT), provocou reações indignadas no Senado. O senador Jayme Campos classificou a medida como “um total desrespeito ao cidadão mato-grossense” e alertou para os impactos econômicos e sociais da redução de conexões aéreas na região. O senador segue lutando pelo reestabelecimento e ampliação da oferta de voos no Estado.



SAIBA MAIS

Fortalecimento de hidrovias

Enquanto o debate logístico se concentra em estradas e ferrovias, o senador Jayme Campos defendeu a integração das hidrovias à matriz de transportes. A proposta foi apresentada na sabatina dos indicados para diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), na Comissão de Infraestrutura do Senado. Jayme defendeu um plano integrado para o país, de modo a desenvolver a navegação no interior. Ele classificou a situação atual do sistema hidroviário como um “desperdício histórico” do potencial natural.



Água e pesca: Hidrelétricas no Rio Cuiabá devem passar por critério social

Agência Nacional de Águas retomou análise do pedido de exploração do potencial hidrelétrico do rio

Membro da Comissão de Meio Ambiente, o senador Jayme Campos defendeu perante a diretoria da Agência Nacional de Águas (ANA) que sejam observados critérios sociais na análise do projeto que prevê a construção de seis usinas hidrelétricas no rio Cuiabá. O projeto pertence à empresa Maturati Participações S/A, com sede em São Paulo. O parlamentar esteve na agência acompanhando os deputados estaduais

Wilson Santos e Juca do Guaraná, que atuam em defesa da conservação do rio. "O Rio Cuiabá é um patrimônio natural importantíssimo, não apenas para Cuiabá e Várzea Grande, mas como para milhares de índios, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, e dezenas de municípios que integram essa bacia, além do próprio Pantanal Mato-grossense", disse.

O pedido foi firmado na reunião com

a diretora presidente da ANA, Verônica Sánchez da Cruz Rios. Do encontro participaram também os deputados estaduais Wilson Santos e Juca do Guaraná.

Por determinação judicial, a agência retomou a análise do pedido de exploração do potencial hidrelétrico do rio. A outorga e a utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica estão subordinadas ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, instituído pela Lei

federal 9.433/1997.

O senador afirmou não ser contra a ampliação da oferta de energia elétrica em Mato Grosso, mas acredita que é preciso observar critérios que protejam a população de eventuais riscos. As usinas estão previstas para serem instaladas em um trecho de 190 quilômetros do rio em áreas de seis municípios: Cuiabá, Várzea Grande, Jangada, Nobres, Acorizal e Rosário Oeste.

Por avanço social e econômico, Jayme Campos propõe incluir MT sob influência da Codevasf

*Produtores rurais desejam fortalecer a irrigação de suas plantações
e projeto também alcançará os pequenos produtores*



Mato Grosso deverá registrar um forte avanço econômico e social caso o Senado Federal aprove o Projeto de Lei 2161/25, do senador Jayme Campos, que coloca todos os municípios do Estado sob influência da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). “Estamos falando de mais produção, mais negócios e mais geração de empregos, trazendo imensos benefícios para o estado e para o país”, frisou.

Criada em 1974, a Codevasf tem contribuído de forma decisiva para a melhoria da produtividade e da qualidade de vida da população das regiões em que atua, segundo observou o senador mato-gros-

sense. Isso tem sido possível graças a diversos programas e ações voltados para a revitalização de bacias hidrográficas e para o desenvolvimento territorial.

Jayme Campos lembrou que a área de atuação da Codevasf tem sido sucessivamente expandida e já não se restringe ao entorno do rio São Francisco, alcançando diversas outras bacias hidrográficas das regiões Nordeste, Sudeste, Norte e do próprio Centro-Oeste. Em Mato Grosso, a atuação da companhia já acontece no leste do estado, em 30 municípios da região fronteira de Goiás e Tocantins – que são integralmente atendidos pela companhia.



SAIBA MAIS

Estatuto do Pantanal garante dignidade ao homem pantaneiro

A aprovação do Estatuto do Pantanal pela Câmara dos Deputados foi recebida com a expectativa de que um dos biomas mais icônicos do Brasil, mas também uma de suas populações mais negligenciadas, entre finalmente em uma nova era. Para o senador Jayme Campos, relator da matéria no Senado, o grande impacto da nova lei, a ser sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, não será medido apenas pela redução dos incêndios ou pelo aumento do turismo, mas pela transformação

na qualidade de vida das comunidades pantaneiras.

“Após 37 anos, o Congresso Nacional cumpre seu papel de regulamentação do art. 225, parágrafo 4º, da Constituição Federal, que consagrou o Pantanal com o status de Patrimônio Nacional. O pantaneiro e a vegetação devem contar com políticas públicas adequadas, eficazes e inteligentes. O pantaneiro quer desenvolver, quer melhores condições de vida, quer incentivos para viver em harmonia com o seu meio natural. O ho-

O desafio da implementação

O grande desafio seguinte será a implementação efetiva das políticas públicas e a garantia de que os recursos e incentivos previstos de fato cheguem até aqueles que vivem e preservam o Pantanal. A expectativa é alta, mas o senador mato-grossense reconhece que a lei é o ponto de partida, e não a linha de chegada. O Pantanal é o menor

de todos os biomas brasileiros: ocupa cerca de 150 mil quilômetros quadrados no Brasil, quase 1,8% da área total mapeada. Divide-se entre os estados de Mato Grosso do Sul (65%) e Mato Grosso (35%). O bioma é destacado como Patrimônio Nacional pela Constituição e declarado Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

mem pantaneiro é trabalhador, é competente, mas, lamentavelmente, não tem apoio por parte dos governos”, afirmou.

Na avaliação do senador, o Estatuto do Pantanal representa a chave para reverter uma realidade de abandono e pobreza que vem assolando as comunidades tradicionais do bioma ao longo das décadas.. A causa raiz desse cenário, segundo ele, é a histórica falta de apoio governamental e a ausência de regras claras sobre o uso e ocupação do bioma.

“O pantaneiro ficou pobre, muito pobre. Não temos nenhuma definição, sobretudo regras claras em relação à questão da segurança jurídica, à questão ambiental”, apontou. Com o Estatuto aprovado e transformado em lei, Jayme Campos enumerou os mecanismos que,

em sua avaliação, trarão impacto direto na vida da população. Entre eles, citou o selo ‘Pantanal Sustentável’, que deverá criar um mercado diferenciado para produtos e serviços da região, agregando valor e gerando renda extra para quem pratica a conservação. O Estatuto também prevê estímulo ao Ecoturismo, devendo se tornar uma das principais fontes de emprego e renda, movimentando a economia local de forma harmônica com o meio ambiente.



SAIBA MAIS

Projeto de Jayme Campos destina recursos das loterias esportivas para ajudar abrigos de idosos

Senador classificou a iniciativa como um “gesto de justiça social”

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá avaliar, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 1.130/2025, de autoria do senador Jayme Campos que destina parte da arrecadação das loterias esportivas para as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), os chamados abrigos. A matéria já foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde recebeu apoio de diversos parlamentares.

A proposta prevê que os recursos provenientes de três concursos anuais das loterias esportivas sejam direcionados a casas de apoio que cuidam de pessoas idosas. O objetivo é oferecer uma fonte de financiamento estável para es-

sas entidades, garantindo melhores condições de moradia, alimentação, assistência médica e dignidade aos idosos.

Ao defender a aprovação da matéria, Jayme Campos classificou a iniciativa como um “gesto de justiça social” e destacou a importância de o Estado desenvolver políticas públicas consistentes para a população idosa, que já soma 33 milhões de brasileiros e que deve crescer ainda mais nas próximas décadas. “As ILPIs desempenham um papel essencial, mas muitas vezes enfrentam sérias dificuldades financeiras. Esta é uma solução sustentável e de forte impacto social, sem criar novas despesas orçamentárias”, afirmou.



SAIBA MAIS

Em 2026, **mais 100 estudantes** poderão acessar o curso de **Enfermagem**, a ser implantado pela **União Centro Educacional Interdisciplinar do Brasil (Uniceib)**.



Atuação de **Jayme Campos** em defesa do ensino **garantiu a autorização** de funcionamento pelo **Ministério da Educação**

SENADOR
**JAYME
CAMPOS**

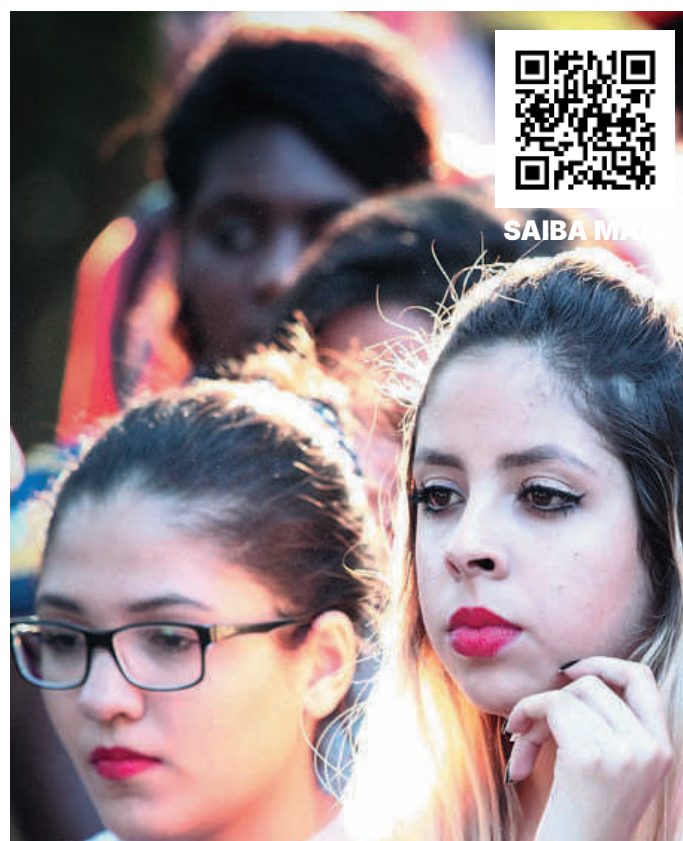
Aposentadoria para agentes de saúde e endemia

O Senado Federal aprovou o projeto de lei 185/24, que prevê aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias. Em seu voto, o senador Jayme Campos classificou o projeto como “bastante justo” e descartou que se trata de uma ‘pauta-bomba’. “Não tem pauta-bomba coisíssima alguma! É direito desses trabalhadores”. O senador ressaltou que o impacto financeiro é pequeno quando comparado a outros programas já aprovados pelo Congresso Nacional, citando como exemplo o Pé de Meia, com impacto de R\$ 96 bilhões.



Avanço da violência e morte de jovens

Jayme Campos alertou sobre o avanço da violência contra a juventude brasileira. Citando dados do Atlas da Violência, ele destacou que o país perde, em média, 60 jovens por dia para o crime. Nos últimos dez anos, mais de 312 mil vidas foram ceifadas antes mesmo de amadurecerem. Ele pediu que o Senado “se una para tornar prioritária a pauta do compromisso com a vida digna dos nossos jovens”. “Investir na juventude é construir um país mais justo, mais seguro e mais promissor. Cada jovem salvo é uma vitória do Brasil. Cada vida preservada é um investimento no futuro”, enfatizou.





Projeto que combate ação de pedófilos

O Senado Federal aprovou, por aclamação, o Projeto 2.810/2025, de autoria da senadora Margareth Buzeti e relatado pelo senador Alessandro Vieira. O projeto representa um marco no enfrentamento à pedofilia e aos crimes sexuais no Brasil. A proposta agora segue para sanção do presidente Lula. Jayme Campos, destacou o caráter urgente e humano da iniciativa: "Combater a violência sexual e a pedofilia não é apenas punir os culpados, mas também educar, prevenir e transformar a cultura. Nenhum pedófilo pode se sentir seguro neste país, e nenhuma vítima pode ficar desamparada", afirmou.



Isenção de IR para aposentados

Em pronunciamento, o senador Jayme Campos defendeu a isenção do Imposto de Renda para todos os aposentados. A proposta foi apresentada logo após a aprovação do projeto de lei que isenta do IR quem ganha até R\$ 5.000 mensais e reduz alíquotas para salários de R\$ 5.000,01 a R\$ 7.350. O parlamentar argumentou que tributar os aposentados significa "penalizar quem já deu tudo pelo país" e vive uma fase da vida com custos elevados, especialmente com saúde. Ele destacou que a proposta de estender o benefício a todos os aposentados tem "apelo social, justiça e lógica econômica".

Projeto quer mais verbas para campanhas de doação de órgãos; 78 mil brasileiros aguardam por um transplante



Jayme Campos é autor de um projeto de lei que destina 5% das verbas de propaganda institucional do governo federal para campanhas de conscientização sobre doação de órgãos (PL 4.726/2025). Segundo ele, 78 mil pessoas aguardam por um transplante no Brasil.

“Apesar de termos registrado, em 2024, um recorde histórico de mais de 30 mil procedimentos realizados pelo SUS, o número de doadores caiu em relação a 2023. É importante destacar que mais de 90% dos transplantes em nosso país são

realizados pelo SUS, o que reforça a importância de políticas públicas de incentivo e conscientização”, afirmou.

O senador também ressaltou a diferença entre o número de transplantes e a quantidade de pacientes que continuam na fila de espera. Ele destacou que em 2024 foram realizados mais de 6 mil transplantes de rim, mas quase 43 mil pessoas estavam na fila para o transplante desse órgão. Ele também disse que, no mesmo período, 2,5 mil pessoas receberam um novo fígado, enquanto outras 2,5



mil continuavam na fila. Já em relação às córneas, o parlamentar salientou que 17 mil procedimentos foram feitos no ano passado, mas que mais de 30 mil pessoas ainda aguardavam esse transplante.

Jayme Campos destacou a estimativa de que 45% das famílias brasileiras recusaram a doação de órgãos em 2024, índice que chegou a 70% em Mato Grosso, estado que ele representa. O senador comparou esses dados com os da Espanha, onde a taxa de recusa varia entre 8% e 10%. Para ele, campanhas educati-

vas podem reduzir a resistência familiar e ampliar o número de doadores.

“Trata-se de uma iniciativa que não gera novas despesas, apenas garante a aplicação mais responsável e socialmente justa dos recursos públicos. Com a aprovação dessa proposta, acreditamos que poderemos ampliar o número de doações e, assim, oferecer a milhares de brasileiros que hoje aguardam na fila de transplante a chance de uma vida nova, com saúde, dignidade e ao lado das suas famílias”, declarou.

Educação Cidadã: “Política não é palavra”

O Senado aprovou o Projeto de Lei 4799/24, que cria a Semana Nacional de Educação Cidadã, de autoria do senador Jayme Campos. A proposta, remetido à Câmara dos Deputados, tem como objetivo principal combater a desinformação política e ampliar o conhecimento da população sobre o funcionamento dos Poderes da República. Atualmente, apenas 47% dos brasileiros demonstram algum interesse por política.

Segundo o senador, a data da Semana Nacional da Educação Cidadã, a ser realizada anualmente na segunda semana de agosto, foi escolhida para coincidir com o Dia do Estudante e reforçar a importância da educação na formação de uma sociedade democrática.

“Os objetivos da proposta são virtuosos. Queremos incentivar a educação cidadã, o letramento político, pois acreditamos que a democracia se fortalece quando a população compreende e valoriza o seu papel nos processos políticos e sociais. Também incluímos como prioridade a capacitação de nossos educadores para que eles possam transmitir esses conhecimentos de maneira eficaz e inspiradora aos nossos jovens”, disse.

De acordo com Jayme Campos, a proposta tem caráter suprapartidário, garantindo que o tema da cidadania seja tratado de forma imparcial, promovendo uma formação crítica e independente.



De olho no combate ao superendividamento das famílias

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira (PNEEF). O PL busca criar um forte componente de combate ao endividamento excessivo de pessoas e famílias. Segundo o senador Jayme Campos, autor da proposta, o projeto institui o ensino a jovens e adultos de como lidar melhor com o dinheiro, evitando armadilhas como crédito fácil, juros altos e consumo descontrolado.

“A escola não cumprirá sua missão se for incapaz de formar cidadãos preparados para se inserirem na vida produtiva de forma empreendedora e com competências financeiras.. As transformações aceleradas do sistema produtivo

e do mundo do trabalho têm exigido que as instituições de ensino reformulem os currículos de seus cursos, com o objetivo de estimular habilidades como liderança, criatividade, ousadia e capacidade de inovar”, destacou.

Dados recentes do Banco Central mostram que mais de 78 milhões de brasileiros estão com dívidas em atraso ou negativados em sistemas de proteção ao crédito. Além disso, pesquisas do próprio Serasa indicam que a falta de planejamento financeiro é uma das principais causas do problema, afetando principalmente as classes C, D e E.

O projeto será apreciado, em 2026, pela Comissão de Educação e depois seguirá para a Câmara dos Deputados.



SAIBA MAIS

Jayme Campos propõe ampliação da rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica

Ao longo do atual mandato, o senador tem atuado de maneira consistente na defesa e garantia de direitos das mulheres

Senadoras e senadores festejaram a apresentação de uma nova proposta pelo senador Jayme Campos, que prevê aumentar ainda mais a rede de proteção às mulheres. Agora, o objetivo são as servidoras públicas vítimas de violência doméstica e familiar. O PL 808/25 altera a Lei Maria da Penha para permitir que

a remoção para outro local de trabalho seja determinada pela Justiça, de maneira imediata, considerando o risco a que a mulher esteja submetida.

Atualmente, a Lei Maria da Penha garante remoção prioritária das servidoras públicas vítimas de violência doméstica, mas a ausência de regulamentação mais



SAIBA MAIS



OUTRAS PROPOSTAS DO SENADOR JAYME CAMPOS

PL 1729/2019 (Crimes contra a mulher)

Veda a nomeação, para cargo ou emprego público, de condenados por crime de violência contra a mulher.

PL 930/2023 (Monitoramento de agressores de mulheres)

Permite que a polícia possa ter acesso à localização de agressores de mulheres monitorados eletronicamente.

PL 5019/2013 (Fundo de Amparo a mulheres agredidas - FNAMA)

Institui o FNAMA voltado para facilitar a reinserção das vítimas no mercado de trabalho.

detalhada vem gerando entraves administrativos. Esse fato, segundo o senador, resulta em dificuldade ou demora na implementação da medida.. “O nosso projeto, uma vez aprovado no Senado e na Câmara e sancionado pelo presidente da República busca preencher essa lacuna, estabelecendo critérios objetivos para orientar tanto o Judiciário na concessão da medida quanto a Administração Pública na sua execução”, destacou.

Ao longo do atual mandato como senador da República, Jayme Campos tem atuado de maneira consistente na defesa e garantia de direitos das mulheres. Já são vários projetos nesse sentido. No

âmbito do serviço público, por exemplo, ele trabalha pela aprovação da proposta que veda nomeação em cargos públicos de condenados por violência contra a mulher. Ele também propôs a ampliação da divulgação do Ligue 180, além de ajudar a aprovar o endurecimento de penas aos agressores.

De acordo com os dados divulgados pelo Governo, mais de 21 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de agressão nos últimos 12 meses. A par desses números, Jayme enfatizou que, apesar dos avanços no combate à violência e na busca de igualdade de gênero, “existe um grande caminho a ser percorrido”.

Jayme Campos cobra Hugo Motta aprovação do Fnama

Está na Câmara dos Deputados um projeto de lei do senador Jayme Campos que é considerado fundamental para colocar freio à violência contra as mulheres. Trata-se do PL 5.019/13, aprovado pelo Senado, que cria o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA). O fundo tem como finalidade garantir renda e capacitação profissionais para as vítimas e, com isso, quebrar o ciclo de dependência financeira que, muitas vezes, as prende aos agressores. “De cada quatro mulheres agredidas, uma não denuncia o seu agressor porque depende financeiramente dele. Superar essa barreira é uma das maiores dificuldades”, explicou o senador.

Projeto que busca combate eficiente aos feminicídios avança no Senado Federal

Proposta permite monitoramento mais rigoroso de agressores e reforça prevenção. Senadores Damares e Moro elogiam Jayme

Já está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado mais um projeto do senador Jayme Campos considerado fundamental no combate à violência contra as mulheres, especialmente aqueles casos que envolvem risco de feminicídio. É o PL 930/25, que altera a Lei Maria da

Penha para autorizar o compartilhamento, com órgãos de segurança pública, da localização de agressores submetidos a monitoramento eletrônico.

Aprovado na Comissão de Segurança Pública, a proposta recebeu diversas menções de apoio. A começar pela rela-



“É uma proposta extraordinária, feita por quem compreende a gravidade da violência contra a mulher. É um projeto que vai beneficiar milhões de brasileiras”

Senadora Damares Alves, em defesa do projeto de Jayme Campos

tora Damares Alves, do Distrito Federal, ex-ministra dos Direitos Humanos. Ela ressaltou que a proposta contribui para quebrar a ideia de que apenas mulheres apresentam projetos voltados ao enfrentamento da violência doméstica. “É uma proposta extraordinária, feita por quem compreende a gravidade da violência contra a mulher”, afirmou a parlamentar.

O senador Sergio Moro, do Paraná, ex-juiz criminal, também defendeu o pro-

jeto e disse que o acesso dos órgãos de segurança às informações deve reduzir a reincidência e fortalecer investigações em casos de violência doméstica.

Jayme Campos é autor de outros quatro projetos voltados à proteção das mulheres. Ele citou o marco de mil feminicídios no país e reforçou a necessidade de endurecer leis. “Isso está virando rotina no Brasil. Precisamos tomar providências”, afirmou.





SAIBA MAIS

Em defesa do projeto que combate 'adultização' de crianças nas redes sociais

Jayme Campos afirma que o futuro do país está diretamente ligado aos cuidados com as novas gerações

O senador Jayme Campos manifestou público apoio ao Projeto de Lei 2.628/22, de autoria do senador Alessandro Vieira, que trata da proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. A proposta tem como finalidade o combate à 'adultização' nas redes sociais – fenômeno que ganhou preocupantes contornos sociais. Na votação da matéria em plenário, ele defendeu a proposta como uma medida urgente e necessária.

“Não podemos permitir que a internet, um espaço de conhecimento e inovação, se torne também um terreno de ameaça e violência contra nossos jovens”, disse o parlamentar.

Campos destacou como a tecnologia está presente em todos os lugares no co-

tidiano das famílias, escolas e comunidades, mas alertou para os riscos inerentes a esse ambiente. “Esse mesmo ambiente expõe nossas crianças a perigos que não podemos ignorar, como a exploração, a manipulação de dados e o contato com conteúdos inadequados”, afirmou.

O parlamentar argumentou que o futuro do país está diretamente ligado ao cuidado com as novas gerações e que a aprovação de medidas que fortaleçam a segurança digital busca “assegurar que meninos e meninas cresçam com dignidade, liberdade e oportunidades”, declarou. Ele enfatizou que a medida representa o cumprimento de um dever constitucional do Parlamento, que é a proteção dos mais vulneráveis.

O senador **Jayme Campos** apresentou projeto de lei para incluir o **turismo rural** entre os setores beneficiados pelos **Fundos Constitucionais**.



Mato Grosso tem potencial para o turismo que gera emprego para agricultores, artesãos e pequenos empreendedores, além de fortalecer a gastronomia típica.

SENADOR
**JAYME
CAMPOS**

Avança no Senado projeto que valoriza os profissionais da segurança pública

Oitocentos mil profissionais de segurança poderão ser beneficiados com a proposta. Projeto de Lei segue para o colegiado da Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo

A Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou o Projeto de Lei 458/2025, que dá prioridade aos profissionais de segurança pública no recebimento da restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF). Agora a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo. “A verdade é que, juntamente com os professores – que já dispõem dessa prioridade, os profissionais de se-

gurança pública são pilares da sociedade civilizada. Sem eles, prevalece a barbárie e a injustiça”, destacou Jayme.

O projeto de Jayme Campos beneficiará 800 mil profissionais entre policiais federais, rodoviários federais, ferroviários federais, civis, militares, bombeiros militares, penais federais, estaduais e distritais, agentes penitenciários, peritos criminais, agentes de trânsito e de segurança socioeducativos.



Nos 25 anos da Guarda Municipal de VG, Jayme exalta 'grande acerto' e busca investimentos

Uma das prioridades do Congresso Nacional, segundo o senador, continua sendo o debate para criar os meios de melhorar a segurança pública e a cooperação entre as forças de segurança

Em 2025, a Guarda Municipal de Várzea Grande completou 25 anos de criação, recebendo do seu idealizador, senador Jayme Campos, na época prefeito da cidade, total e irrestrito apoio. Na solenidade que marcou a data, o senador reafirmou o seu propósito de conti-

nuar a trabalhar pela expansão e modernização da corporação "de forma a dar à população várzea-grandense mais serviço de segurança". Uma das propostas do senador é a construção de uma nova sede para da corporação. Mesmo sendo uma das mais bem aparelhadas do Bra-



sil, Campos considera que a corporação necessita de uma “instalação decente” e que já conversou com a Prefeitura sobre a elaboração de um projeto.

“Estou confiante de que, com o apoio de deputados federais, estaduais, do governador e da prefeita, conseguiremos viabilizar essa construção”, afirmou ele ao ressaltar a criação da força de segurança como “uma das decisões mais acertadas enquanto prefeito”.

Recentemente, o Senado aprovou a PEC 37, que incluiu as guardas municipais e agentes de trânsito no rol dos órgãos de segurança pública. Para o senador, que votou a favor da matéria, foi um “reconhecimento histórico e necessário” sobre o papel que exercem na preservação da ordem, da vida e da segurança da

população. Também segue em tramitação, com aprovação na Comissão de Segurança Pública do Senado, o projeto de lei 458/25, de autoria de Jayme Campos, que garante prioridade aos profissionais de segurança pública no recebimento da restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. A medida beneficia diretamente 800 mil profissionais que atuam no setor, em todo o Brasil.

Membro da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Jayme Campos ressaltou que uma das prioridades do colegiado é criar meios de melhorar a segurança pública. Ele é defensor da criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susps), que tem por objetivo criar maior cooperação entre as todas forças de segurança em todas as esferas do Poder.



Senado aprova PL de Jayme Campos que abre nova frente na guerra contra o narcotráfico

Crimes dessa modalidade passam a ser classificados como hediondos, conforme relatório apresentado pelo senador Sérgio Moro



O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei 3.786/21, de autoria do senador Jayme Campos, que abre uma nova frente na guerra contra o tráfico de drogas e seus líderes. A matéria cria a figura do “narcocídio” — homicídio relacionado à produção, distribuição e venda de drogas ilícitas, e endurece as penas ampliando período de reclusão, que pode chegar a 30 anos. A matéria agora vai à Câmara dos Deputados.

Jayme Campos ressaltou que, uma vez aprovado e transformado em lei, a matéria deverá promover grandes trans-

formações em Mato Grosso, que possui 700 km de fronteira seca com a Bolívia, classificado por ele como “o maior corredor de entrada do tráfico”. Levantamento do Fórum Nacional de Segurança Pública aponta que o Brasil tem, hoje, 72 facções ligadas ao tráfico de drogas.

A matéria recebeu elogios efusivos do senador Sérgio Moro, relator do texto na Comissão de Constituição e Justiça. Ex-juiz da Vara Criminal de Curitiba, ele ressaltou que o projeto atende aos interesses da sociedade que já não suporta mais o crescimento do crime organizado



da violência. “Nesse ponto, esse projeto de autoria do Senador Jayme Campos é um projeto que avança em algo essencial que nós temos que melhorar: o combate à violência vinculada ao tráfico de drogas”.

O projeto aprovado surgiu, segundo o senador Jayme Campos, por meio de um grupo de magistrados de Mato Grosso, liderados pelo desembargador Marcos Machado, preocupados em tipificar os crimes de morte dentro do narcotráfico com penas mais rigorosas. A questão foi amplamente debatida antes de ser transformada em projeto de lei. A expectativa agora, se-

gundo o parlamentar será de amenizar ou mesmo estancar o avanço do narcotráfico no Brasil, sobretudo em Mato Grosso.

Uma das principais mudanças é a inclusão de novo parágrafo no artigo 33 da lei atual, tipificando o “narcocídio”. O termo se refere aos crimes de lesão corporal ou morte na cobrança de devedores do tráfico, na disputa por territórios “ou em qualquer outro objetivo que vise garantir o êxito ou o proveito do tráfico”. A pena prevista é de 20 a 30 anos de prisão, com multa de 2 mil a 3 mil “dias-multa”, unidade usada pelo juiz para fixação do valor.



SAIBA MAIS



Roubo de cargas deverá ser combatido com penas mais duras contra os criminosos

Dados do IPEA revelam que as empresas gastam, aproximadamente, R\$ 170 bilhões anualmente para mitigar os efeitos da violência, impacto que atinge especialmente o setor logístico

O endurecimento das penas para crimes contra o transporte de cargas é um dos projetos de lei apresentados pelo senador Jayme Campos e que integram a pauta prioritária de combate à criminalidade no Brasil. Dados mostram o crescimento dos prejuízos econômicos e a escalada da violência promovida pelo crime

organizado no Brasil. A questão vem sendo debatida, inclusive, em vários fóruns ligados à segurança pública.

“O crime organizado já não teme as instituições. Age com impunidade, causando danos à economia e à imagem do Brasil”, afirmou o autor do projeto, durante o Seminário Brasileiro de Transporte Ro-



doviário de Cargas, realizado na Câmara dos Deputados. O Brasil é o segundo no mundo em roubos de cargas nas estradas, atrás apenas do México, com cerca de 17 mil ocorrências por ano, equivalente a dois casos por hora.

Dados do IPEA citados pelo senador revelam que as empresas brasileiras gastam aproximadamente R\$ 170 bilhões anualmente para mitigar os efeitos da violência, impacto que atinge especialmente o setor logístico. Jayme Campos salientou que o projeto de lei que apresentou eleva a punição para três a oito anos de reclusão. Segundo o senador, é preciso punir com rigor quem ataca o transporte de cargas. Em Mato Grosso, segundo ele, são 5 postos de patrulha ao longo de 2 mil quilômetros da BR-163, entre a divisa

de Mato Grosso do Sul e o município de Santarém, no Pará.

Medicamentos - Um dos segmentos mais visados pelos criminosos de roubo de cargas é o de medicamentos. Técnicos e especialistas do setor, inclusive, se reuniram com o senador mato-grossense para manifestar apoio a proposta e também indicar medidas que possam fazer o enfrentamento às quadrilhas.

As 15 maiores distribuidoras especializadas, responsáveis por 75% das vendas de remédios de alta complexidade, as distribuidoras ampliaram investimentos em segurança, incluindo a adoção de veículos blindados, escolta e soluções de tecnologia como câmeras e blindagem elétrica nos baús. Ainda assim, a tendência é de aumento nos casos.



Segurança jurídica nas fronteiras

Foi à sanção presidencial o PL 4.497/2024 que prorroga por mais 15 anos o prazo para a ratificação de registros imobiliários de imóveis rurais em faixa de fronteira. O objetivo é evitar que propriedades particulares com mais de 15 módulos fiscais sejam transferidas à União por falta de regularização. A decisão foi comemorada pelo senador Jayme Campos que manifestou apoio a proposta para estados como Mato Grosso - de dimensões continentais -, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Rio Grande do Sul.



Críticas aos juros do Plano Safra

Um dos principais líderes no Congresso no debate sobre a produção, o senador Jayme Campos manifestou preocupação com os juros elevados do novo Plano Safra. O parlamentar destacou a importância do agronegócio para a economia nacional – setor que movimentou R\$ 2,5 trilhões em 2024. Ele afirmou que as taxas de juros atuais são “incompatíveis” com a realidade do campo, especialmente para pequenos e médios agricultores, que lidam com riscos climáticos, logísticos e de mercado.



Investimentos na área social nos municípios

O Senado aprovou a PEC que altera as regras sobre os pagamentos dos precatórios (PEC 66/23). A medida alivia a situação dos municípios ao permitir que paguem dívidas judiciais em parcelas menores e com prazos mais longos. Defensor da proposta, o senador Jayme Campos destacou que os prefeitos passam a ter condições de investir na área social, melhorando a qualidade de vida da população. “Esse é um ato de cidadania e faz parte do rol de prioridades do movimento municipalista brasileiro”, destacou.



Proposta de incentivo ao Turismo Rural

O senador Jayme Campos apresentou projeto de lei para incluir o turismo rural entre os setores beneficiados pelos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta vai impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável, valorizar a cultura local, além de preservar o meio ambiente. Durante sua fala, o senador destacou o potencial de Mato Grosso para o turismo que “gera emprego para agricultores, artesãos e pequenos empreendedores, além de fortalecer a gastronomia típica”, enfatizou.

Projeto de Jayme Campos propõe enfrentar crescimento da violência no campo

Proposta do senador mato-grossense quer a integração dos dados estratégicos e moderniza o combate ao crime em áreas isoladas

Jayme Campos apresentou o Projeto de Lei 6099/25, que institui o Sistema Nacional de Geocercas Rurais de Segurança (SINGERS). A medida, segundo ele, representa uma resposta direta ao avanço da criminalidade no campo e à crescente vulnerabilidade de produtores, trabalhadores rurais e comunidades isoladas.

Em um cenário marcado por aumento

das invasões, furtos, roubos e ataques a propriedades rurais, o parlamentar afirma que o Brasil não pode mais conviver com a falta de dados consistentes e com a lentidão operacional das forças de segurança em regiões remotas. Para isso, ele afirmou, é essencial que medidas sejam adotadas em caráter imediato.

“A violência rural vem crescendo de forma alarmante. Em muitas áreas, o Es-

tado quase não chega. Precisamos de tecnologia, integração e informação para impedir que o crime avance ainda mais”, declarou, ao destacar dados considerados alarmantes.

Entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apontam que furtos, roubos e invasões de propriedade rural geram prejuízos significativos e crescentes, afetando diretamente a renda dos produtores e a competitividade do setor. O levantamento denominado 'Diagnóstico da Criminalidade no Campo' destaca a ausência de

dados sistematizados e a dificuldade de obtenção de estatísticas confiáveis. Em 2023, o Brasil registrou 2.203 ocorrências, o maior número desde 1985.

O SINGERS reunirá geocercas virtuais, sensores, drones, mapas georreferenciados e inteligência artificial, criando um sistema nacional capaz de monitorar áreas de risco, detectar movimentos suspeitos e acionar rapidamente as forças de

segurança. A proposta também fortalece a cooperação entre União, estados e municípios. O texto detalha como a integração entre os sistemas fundiários, de inteligência policial e de monitoramento territorial permitirá resposta mais rápida, prevenção efetiva e redução dos prejuí-

zos crescentes no meio rural.

"Não estamos falando apenas de proteger patrimônio, mas de garantir a segurança de famílias que vivem e produzem nas áreas mais esquecidas do país. Este sistema é absolutamente necessário. A segurança no campo é prioridade e condição central para a estabilidade da

produção e do bem-estar das famílias".

Jayme Campos pediu apoio dos demais parlamentares. "A violência rural é uma ameaça que paira diariamente sobre trabalhadores, produtores e comunidades rurais. Os prejuízos causados por furtos, roubos e invasões de propriedade são significativos. É hora de enfrentar a violência no campo com a seriedade e a tecnologia que o problema exige", destacou.

Aprovação do Marco Temporal garante segurança jurídica para os produtores rurais

Lei 14.702/2023 veda ampliações de áreas já demarcadas e estabelece exigências, como indenização prévia aos proprietários localizados em áreas pleiteadas

A homologação de três novas terras indígenas pelo Governo Lula em Mato Grosso causou indignação ao senador Jayme Campos e ao povo mato-grossense. Segundo o parlamentar, os decretos foram editados em desacordo com a Lei

14.701/2023, que instituiu o Marco Temporal, e criam um cenário de “enorme insegurança jurídica” no Estado. “Não somos contra indígenas, somos a favor da lei”, afirmou o senador Jayme Campos.

As áreas homologadas somam mais

Senado deve suspender demarcações

O senador Jayme Campos apresentou ao Senado dois Projetos de Decreto Legislativo (PDL) para sustar os efeitos de portarias da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Ministério da Justiça que retomam processos de demarcação em Mato Grosso. As iniciativas visam interromper os estudos das terras Karajá, em Santa Terezinha, e Apiaká, em Apiacás.

O parlamentar mato-grossense questionou como o Governo irá indenizar proprietários que ocupam as áreas há décadas. Ele recordou decisão anterior do ministro Alexandre de Moraes, que autorizava desapropriações mediante pagamento em dinheiro, e não por Títulos da Dívida Agrária (TDA), que demoravam anos para serem recebidos.

de 273 mil hectares e abrangem propriedades rurais consolidadas, com títulos considerados de boa-fé e atividades produtivas já instaladas. Atualmente, Mato Grosso possui 73 terras indígenas, que juntas ocupam cerca de 15 milhões de hectares, o equivalente a 16% do território estadual. As novas terras são: Terra Indígena Manoki, em Brasnorte (250 mil hectares); Terra Indígena Uirapuru, nos municípios de Nova Lacerda, Campos de Júlio e Conquista D'Oeste (21 mil hectares); e, Terra Indígena Estação Parecis, em Diamantino (2 mil hectares).

Jayme Campos afirmou que o debate não envolve contestação dos direitos originários, mas a necessidade de respeito

às leis vigentes. Ele destacou que o Marco Temporal veda ampliações de áreas já demarcadas e estabelece exigências, como indenização prévia aos proprietários localizados em áreas pleiteadas.

Líder ruralista, o senador afirmou que produtores foram pegos de surpresa pelas homologações, que, segundo ele, afetam diretamente o ambiente de crédito para o custeio da safra 2025/2026.

“Isso inviabiliza financiamentos. O cidadão está de mãos para o alto, sem saber a quem recorrer. Só se for ao Papa”, ironizou. O senador criticou ainda a atuação da Funai e a falta de diálogo com municípios e comunidades afetadas antes dos decretos.



SAIBA MAIS

Proposta de novo Hospital em Sorriso

O ministro da saúde, Alexandre Padilha, deu sinal verde para que a prefeitura de Sorriso siga em frente com o projeto de implantação de um novo hospital para atender a população da região. O senador Jayme Campos destacou a importância da unidade hospitalar para o Norte de Mato Grosso. "Trata-se de uma região que cresceu absurdamente e o hospital hoje já não consegue atender à demanda. De nossa parte, estamos prontos para atuar nesse projeto, inclusive com a apresentação de emendas orçamentárias", afirmou.



190 mil sofrem exclusão digital em Mato Grosso

A inexistência ou precariedade da conexão à Internet tem atingido uma parcela considerável da população de Mato Grosso. Calcula-se que 190 mil pessoas ainda permaneçam em situação de exclusão digital. Elas estão concentradas principalmente no Norte-Araguaia. "Espero que essa realidade mude. Faço um apelo ao Ministério das Comunicações e à Anatel, que contemplem essas cidades e assegurem o direito à conectividade. Sem acesso à Internet, eles acabam privados de direitos fundamentais".



Denúncia: Cidades de MT sem médicos

Mato Grosso enfrenta uma situação dramática em função da grave crise na distribuição de médicos no Brasil. Muitos dos 142 municípios do estado não possuem nenhum médico em exercício. O alerta foi feito por Jayme Campos. “O cidadão vai em cima de uma carroceria de uma caminhonete, de uma ambulância caindo aos pedaços. Quando chega no destino está praticamente morto, depois de percorrer quatrocentos quilômetros de distância”, declarou. Para ele, esse é um assunto de extrema importância.



IA para reduzir desigualdades em Mato Grosso

O senador Jayme Campos anunciou seu apoio ao projeto de aquisição de um supercomputador para equipar o Parque Tecnológico em MT, instalado em Várzea Grande. A proposta visa criar ferramentas que auxiliem na tomada de decisões públicas e na distribuição mais eficiente de recursos. “Precisamos de mecanismos inteligentes para entender e reduzir essas diferenças, que são bastantes significativas”, afirmou apresentando dados do governo em que apotam mais de 244 mil famílias recebendo recursos sociais.



Voto impresso e candidaturas femininas

Jayme Campos defendeu o voto impresso auditável apontando que o novo formato permitirá uma maior “transparência” nas eleições. A proposta aprovada na Comissão de Constituição e Justiça prevê que a urna eletrônica imprima os votos como forma de conferência. Após impresso, o eleitor confere a correspondência e deposita esse boletim em uma caixa lacrada. Campos também defendeu o projeto que garante reserva de 30% de candidaturas femininas junto com a reserva de 20% das cadeiras nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais e na Câmara dos Deputados.



Impeachment de Moraes e abusos do STF

Crítico ácido contra o que classifica de ativismo do Poder Judiciário, o senador Jayme Campos foi um dos signatários do requerimento de pedido de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, por considerar que ele “ultrapassou os limites constitucionais e democráticos”. A decisão em favor da medida de impedimento foi expressa após Alexandre de Moraes determinar a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele disse estar “comprometido com os princípios da justiça, da liberdade e do respeito à Constituição”.



Fraudes do INSS: “Um escárnio”

O requerimento que pediu a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar fraudes bilionárias ocorridas no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contou com a assinatura e apoio do senador Jayme Campos. Segundo o senador, é papel do Congresso Nacional dar resposta às fraudes que lesaram os aposentados e pensionistas, com o acionamento de seus mecanismos de investigação. Vítima dos golpistas, Jayme Campos classificou as fraudes como “um escárnio” praticado contra milhões de brasileiros. “É preciso punir todos os culpados na forma da lei”.



Dosimetria apenas para 8 de janeiro

Em meio aos debates intensos sobre o PL da Dosimetria, o senador Jayme Campos votou a favor do projeto no Senado. Segundo ele, a matéria aprovada foi resultado de um esforço sério de mediação política e jurídica, com ajustes pontuais e responsáveis na aplicação das penas aos condenados pelos atos de 8 de janeiro. Ele disse que a forma votada “afasta soluções extremas, evita atalhos perigosos e oferece ao país uma resposta equilibrada, capaz de corrigir injustiças sem comprometer a autoridade das instituições”. E concluiu: “O Brasil precisa virar esta página”.



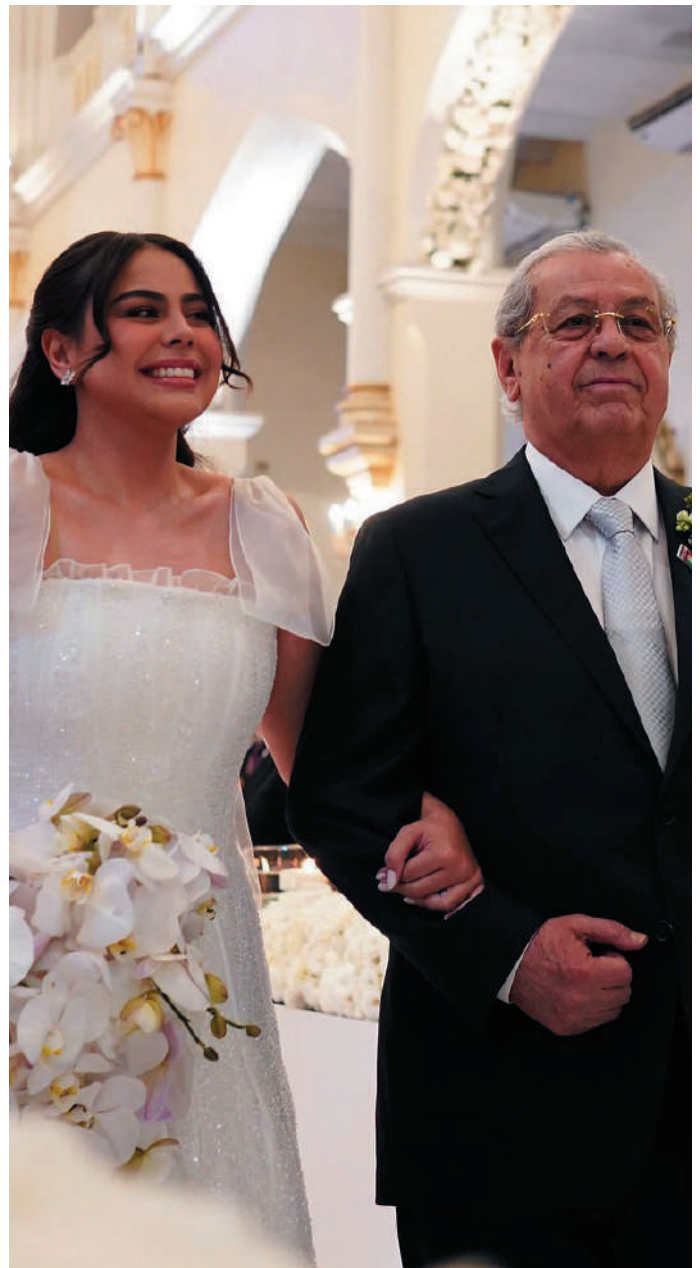
Registro Fotográfico





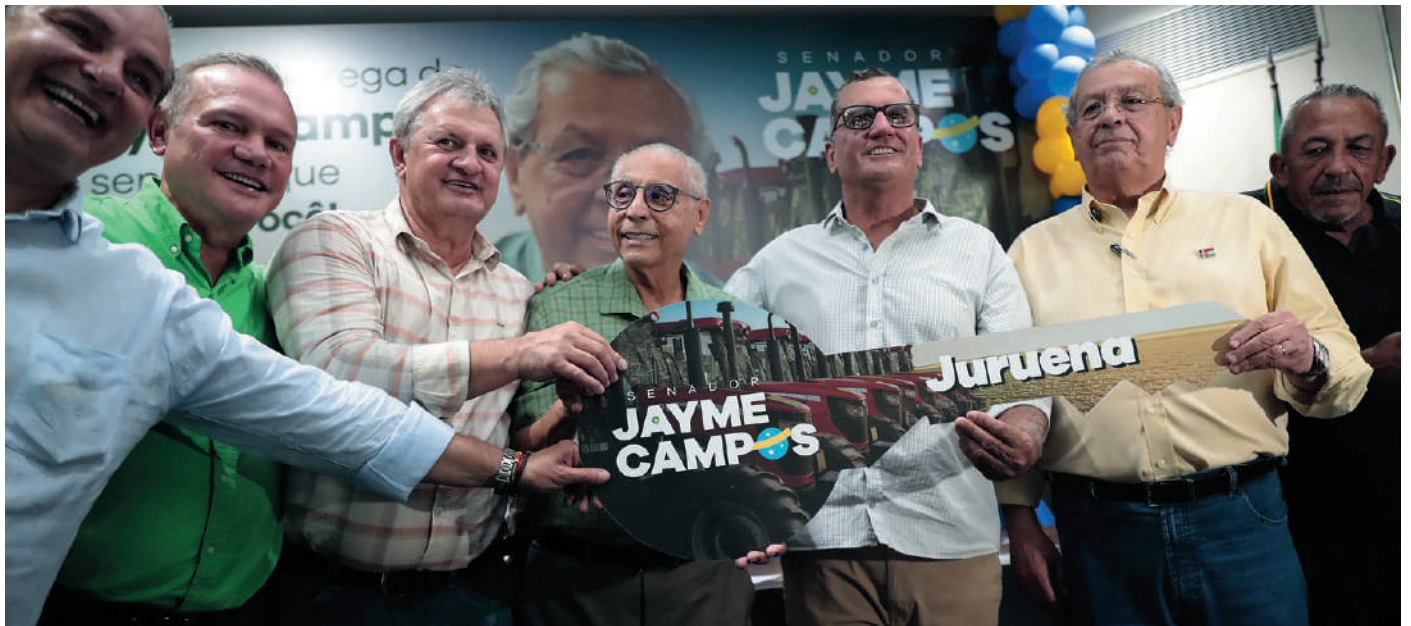
Registro Fotográfico





Registro Fotográfico





Registro Fotográfico





Registro Fotográfico





Registro Fotográfico





Registro Fotográfico





Registro Fotográfico





Números do Mandato 2019-2025

**R\$ 1,2 bilhão destinado para
o estado de Mato Grosso**

68 projetos de lei

380 pronunciamentos

77 relatorias

150 emendas legislativas

321 requerimentos

**120 participações em
comissões, frentes e
grupos parlamentares**

**Mais de 10 mil
atendimentos no
gabinete do Senado
e no escritório em
Várzea Grande**